# SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL:

## Desafios contemporâneos 2

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti
(Organizadora)

Atena Editora
Ano 2023

# SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL:

## Desafios contemporâneos 2

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti
(Organizadora)

Atena Editora
Ano 2023

**Editora chefe**
Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
**Editora executiva**
Natalia Oliveira
**Assistente editorial**
Flávia Roberta Barão
**Bibliotecária**
Janaina Ramos
**Projeto gráfico**
Camila Alves de Cremo
Luiza Alves Batista
Nataly Evilin Gayde
**Imagens da capa**
iStock
**Edição de arte**
Luiza Alves Batista

CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS

# Serviço social no Brasil: desafios contemporâneos 2

**Diagramação:** Camila Alves de Cremo
**Correção:** Yaiddy Paola Martinez
**Indexação:** Amanda Kelly da Costa Veiga
**Revisão:** Os autores
**Organizadora:** Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

S491 Serviço social no Brasil: desafios contemporâneos 2 / Organizadora Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2023.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-258-1145-1
DOI: https://doi.org/10.22533/at.ed.451230604

1. Serviço social. 2. Questão social. I. Cavalcanti, Soraya Araujo Uchoa (Organizadora). II. Título.

CDD 360

**Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166**

**Atena Editora**
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

## DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access, desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce,* ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

A coletânea *Serviço social no Brasil: Desafios contemporâneos 2* é composta por 04 (quatro) capítulos produtos de pesquisa, Relato de Experiências, dentre outros.

O primeiro capítulo, ‘O *conservadorismo clássico e moderno: expressões e novos contornos no Brasil’* decorrente de pesquisa bibliográfica discute o *conservadorismo em seu momento fundador, em sua vertente clássica; o movimento conservador moderno; e a expressão do conservadorismo no Brasil.*

O segundo capítulo, *Participação, poder e política: o feminismo enquanto luta de classes’*, discute *o lugar do feminismo na luta de classes*, fundamentada na *pesquisa bibliográfica e exploratória e seu método de análise, o materialismo histórico-dialético, considerando de modo central categorias fundantes como história, totalidade, mediação, trabalho e contradição.*

O terceiro capítulo, ‘*Projetos de intervenção no contexto da saúde pública: contribuições para o debate da extensão universitária’*, discute a importância do planejamento no trabalho do Assistente Social no contexto da extensão universitária. Dessa forma, apresenta a experiência da utilização da ferramenta *projetos de intervenção* para a qualificação da atuação e melhoria da qualidade dos serviços prestados à população usuária dos serviços de saúde.

E finalmente o quarto capítulo, ‘*A voz que vem das ruas: a luta e a resistência do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR)*’ discute a ação do MNPR, *a luta e resistência pelos seus direitos, visibilidade de suas pautas e enfrentamento do preconceito.*

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

SUMÁRIO

# CAPÍTULO 1

# O CONSERVADORISMO CLÁSSICO E MODERNO: EXPRESSÃO E NOVOS CONTORNOS NO BRASIL

*Data de submissão: 26/01/2023* *Data de aceite: 03/04/2023*

**Clarice Tavares Fonseca**
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Natal-RN
https://orcid.org/0000-0003-0092-1320

**Letícia Gabrielle Costa Passos**
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Natal-RN
https://orcid.org/0000-0003-2648-9417

**Maria Clara de Carvalho Leite Cavalcante**
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Natal-RN
https://orcid.org/0000-0001-9303-9577

**RESUMO:** O artigo em tela tem como objetivo central apresentar o conservadorismo enquanto um sistema de ideias que avança e se desenvolve historicamente, assumindo novos delineamentos na contemporaneidade. Nesta perspectiva, partimos de uma caracterização acerca do conteúdo conservador clássico, situado, histórica e geograficamente, na Europa do século XVIII. Em sequência, nos propomos a uma teorização do conservadorismo em sua idade moderna, alinhado aos interesses econômicos e políticos da burguesia. Por último, destacamos o conteúdo e o projeto societário conservador na sociedade brasileira, marcadamente, a partir de 2016. Em vista dos objetivos apresentados, o estudo possui natureza qualitativa e sua elaboração se concretizou por meio de uma pesquisa bibliográfica. Neste sentido, o artigo é constituído, além da introdução e das considerações finais, por três seções de desenvolvimento, as quais, respectivamente, versam: 1) acerca do conservadorismo em seu momento fundador, em sua vertente clássica; 2) sobre o movimento conservador moderno; e 3) a respeito da expressão do conservadorismo no Brasil.

**PALAVRAS-CHAVE:** Conservadorismo. Neoconservadorismo. Fundamentalismo Religioso. Brasil.

## CLASSICAL AND MODERN CONSERVATISM: EXPRESSION AND NEW CONTOURS IN BRAZIL

**ABSTRACT:** The main objective of this article is to present conservatism as a system of ideas that advances and develops historically, assuming new outlines

in contemporary times. In this perspective, we start with a characterization of the classic conservative content, located, historically and geographically, in eighteenth-century Europe. In sequence, we propose a theorization of conservatism in its modern age, aligned with the economic and political interests of the bourgeoisie. Finally, we highlight the content and the conservative societal project in Brazilian society, notably from 2016 onwards. In view of the objectives presented, the study has a qualitative nature and its elaboration was carried out through a bibliographical research. In this sense, the article is constituted, in addition to the introduction and final considerations, by three sections of development, which, respectively, deal with: 1) about conservatism in its founding moment, in its classical aspect; 2) about the modern conservative movement; and 3) regarding the expression of conservatism in Brazil.
**KEYWORDS:** Conservatism. Neoconservatism. Religious Fundamentalism. Brazil.

## 1 | INTRODUÇÃO

No cenário contemporâneo uma “onda conservadora” (ALMEIDA, 2017, 2019) tem tomado espaço significativo, não apenas no campo da política direta, mas, sobretudo – e isso que sustenta a expressão na política – no âmbito das consciências individuais. Este movimento é percebido tanto no Brasil e na América Latina, quanto em países de capitalismo avançado da Europa e nos Estados Unidos. Isso nos leva a propor, portanto, que a nova onda conservadora, ou “neoconservadorismo”, possui um fundamento comum internacional, que seja: uma crise capitalista em níveis estruturais (SOUZA, 2015; ALMEIDA, 2017). Assim, também, o recurso ao conservadorismo se desenha como uma tentativa de reorganizar e manter uma hegemonia econômica e cultural – uma vez que esse fenômeno se expressa em ambas as esferas.

Desta feita, apesar de reconhecermos e indicarmos estes pressupostos nosso objetivo neste artigo é apresentar o conservadorismo, inicialmente, na qualidade de um sistema de ideias, que se desenvolve historicamente, assumindo novos contornos na atualidade. Em seguida, pretendemos expor, de forma breve, o conteúdo conservador a partir de movimentos político-culturais presentes, sobremaneira, na realidade brasileira, especialmente, no tocante ao conservadorismo moral religioso.

Nesta lógica, é importante destacar, que conservadorismo é um conceito associado a processos e contextos históricos específicos (ALMEIDA, 2017, 2019). Trata-se de um sistema de ideias que surge, em sua forma clássica, com a emergência e a ascensão da moderna sociedade burguesa a partir de processos revolucionários no século XVIII (SOUZA, 2015, 2016). Inicialmente, o conservadorismo se realiza na qualidade de um movimento reacionário, contrário à revolucionária classe burguesa, e atua a partir da defesa e proteção das instituições e das tradições do *Antigo Regime.* Desta forma, corresponde a um movimento saudosista que busca recuperar a cultura feudal, sem negar, vale evidenciar, os avanços produtivos e econômicos da nova sociedade (LEILA, N. 2011; SOUZA, 2016).

Todavia, certos de que essa saudosa regressão seria impossível, os conservadores aproximam-se, ainda que com ressalvas, à nova classe dominante – burguesia – sua

antiga opositora, unidos contra um inimigo comum: a classe proletária. Essa inflexão, inevitavelmente, provoca uma alteração na estrutura teórica e política do movimento conservador. Nesta ocasião, o conservadorismo recebe a identificação de ciência social, se expressando, consequentemente, em correntes de conhecimento que se propõem a pensar o enfretamento da "questão social", com vistas à manutenção da ordem. Essa cultura conservadora clássica, no que lhe toca, permanece em voga até 1914; deste momento até os anos 1960-1970, significativas mudanças redesenham esta tradição, que, por sua vez, assume novas determinações e manifestações a partir de sua vertente moderna (SOUZA, 2015, 2016).

Sendo assim, o moderno conservadorismo estreita os laços com a classe burguesa e se dedica a resgatar, neste momento, vínculos de conciliação com o capital e sua dimensão liberal. Desta feita, o novo elemento de conservação é a classe burguesa, madura e consolidada, suas tradições e instituições. O avanço e a ampliação do histórico conservadorismo, provocam, inevitavelmente, uma modificação e um alargamento em suas bases, no entanto, a defesa e proteção das tradições segue sendo o emblema (SOUZA, 2015, 2016).

Nesta oportunidade, os novos conservadores reivindicam a defesa da democracia e apresentam oposições tanto ao fascismo, quanto ao socialismo, ambos apontados como "utopias totalitaristas" que não respeitam escolhas e comportamentos e que, portanto, devem ser combatidas. Neste raciocínio, a sociedade do mercado – anteriormente considerada uma ameaça social – ao passo que, pela ótica conservadora e burguesa, possibilita e respeita as escolhas individuais, se converte, neste novo estágio, em uma tradição que deve ser respeitada e resguardada (SOUZA, 2015, 2016).

Este novo conservadorismo, entretanto, sofre determinações regionais e assume particularidades diversas a depender da formação sociocultural e histórica de cada país. Em consideração a isso, podemos indicar que esta tradição conforma-se em uma matéria mutável e maleável, uma vez que assume, em determinados territórios, traços de cunho mais progressista – em defesa da democracia, ainda que burguesa –, e, em outros – geralmente, em países de capitalismo dependente – aproxima-se de vertentes políticas radicalizadas mais à direita, contraditoriamente, de cariz neofascista. No que tange ao Brasil, esta última é a regra (SOUZA, 2016; ALMEIDA, 2017, 2019).

Evidenciado a partir de um cenário de crise, com amplitudes políticas, culturais e sociais, o conservadorismo tem sido, nos últimos anos, a tônica da política brasileira. Em nosso país este movimento é construído, fundamentalmente, por conservadores propriamente ditos, evangélicos fundamentalistas, e fascistas, grupos distintos, mas que possuem interesses comuns. Em síntese: defendem a diminuição do Estado e a aniquilação das políticas sociais – sobretudo as de transferências de renda; desejam impor, a partir de suas crenças e valores, o correto "modelo de família – composto por homem e mulher – e um maior controle dos corpos e comportamentos; advogam por um Estado mais violento,

repressivo e punitivo; e difundem, sem escrúpulos, ódio, intolerância, vingança e fobia (ALMEIDA, 2017, 2019).

## 2 | O CONSERVADORISMO CLÁSSICO

O clássico conservadorismo compreende uma vertente político-ideológica reacionária, que se opunha fervorosamente aos avanços políticos e sociais da era moderna desencadeados pelas grandes revoluções do século XVIII e pelo *pensamento ilustrado*. Neste sentido, conforme Souza (2015), este "movimento" tem sua gênese pós-1789 e "[...] constituiu-se como sistema de ideias e posições políticas marcadamente antimodernas, antirrepublicanas e antiliberais" (SOUZA, 2015, p. 4). Leila Netto (2011), por sua vez, define o pensamento conservador como "[...] uma expressão cultural [...] particular de um tempo e um espaço sócio-histórico muito precisos: o tempo e o espaço da configuração da sociedade burguesa [...]" (NETTO, L, 2011 p.41).

Por este ângulo, se pudermos ser mais precisos: o conservadorismo surge e se desenvolve na ocasião da moderna sociedade de classes, como reação às grandes transformações decorrentes do avanço da classe burguesa – nesta ocasião, classe revolucionária – nos marcos do *Antigo Regime* (SOUZA, 2015). Deste modo,

> Movimentando-se no interior de uma formação social que não controlava, a burguesia logo vai deflagrar uma dinâmica que levará ao colapso aquela formação. Os séculos XVI, XVII e XVIII testemunham esta dinâmica: se as "grandes descobertas" rompem com os limites físicos da feudalidade, a manufatura se desdobrará na industrialização (com uma consequente e nova urbanização). A chamada Revolução Industrial não é mais que a face evidente da ascensão burguesa: o mundo burguês, aquele em que tudo o que é sólido desmancha no ar (Marx e Engels, 1963, p. 24), começa a instaurar-se com ela (NETTO, L, 2011, p. 42).

A *Revolução Industrial* – ou revolução burguesa –, portanto, diz respeito ao processo pelo qual a burguesia revolucionária conquista, ainda na sociedade feudal, sua hegemonia econômica e social. Sendo assim, as transformações empreendidas por esta classe superam a esfera da produção e da troca, e se manifestam, de maneira considerável, no âmbito da cultura, subvertendo os valores e costumes existentes.

Na sequência da análise, Leila Netto (2011) afirma que o sentido mais recorrente que se atribui ao conservadorismo está ligado, diretamente, ao verbo *conservar*, a uma busca pela manutenção de uma estrutura, negando qualquer desenvolvimento. Todavia, esta explicação, tão presente no senso comum, é simplista e não serve em termos analíticos – não permite explicar, ou apreender, o conservadorismo em sua totalidade e em suas transformações históricas (NETTO, L, 2011). A autora indica, portanto, que o pensamento conservador e seus expoentes não se opõem ao desenvolvimento produtivo e econômico promovido pela revolução industrial, se opõem, na realidade, à forma de ação política admitida pela classe burguesa – que mobiliza as massas – e à destruição das instituições

sociais consagradas pela tradição (NETTO, L, 2011).

O fenômeno sociocultural conservador, nesta lógica, defende características institucionais e determinados costumes do Antigo Regime, assim como, valoriza a forma de vida e a organização cultural da Idade Média (SOUZA, 2015). Desta feita, o movimento conservantista[1] pretende uma restauração das tradições, dos costumes e das instituições sociais, diluídas pelo movimento da revolução burguesa, para manterem seus privilégios. Por conseguinte, o que os conservadores aspiram manter, e que a burguesia da época contribui para destruir, é, em síntese, "[...] *a autoridade fundada na tradição, o poder legitimado pela religião institucional, a desigualdade jurídica dos homens, a administração personalizada da justiça, a lei assentada na moralidade e a subordinação do indivíduo à sociedade"* (NETTO, L, 2011, p. 60).

Com base nisso, pode-se considerar, em acordo com a literatura (NETTO, L, 2011; SOUZA, 2016, 2015), que a tradição conservadora tem seu berço – e sua maior expressão – no pensamento de Edmund Burke, sistematizado, especialmente na obra *Reflexões sobre a revolução na França,* publicada em 1790. Nesta formulação, Burke apresenta e defende os interesses e ideais aristocráticos, e condena os episódios processados pelas revoluções – especialmente, pela Revolução Francesa. Em sua perspectiva estes acontecimentos se constituem em "[...] um atentado ao mais elevado patamar civilizacional que a humanidade já havia alcançado: as instituições e tradições do antigo regime" (SOUZA, 2016, p. 365).

Nestes termos, Burke estabelece uma ferrenha crítica às revoluções e marca, assim, uma das principais características do conservadorismo: ser *contrarrevolucionário*. No entanto, vale salientar, a concepção de revolução em Burke assume um sentido distinto do que é usual, particularmente, por entre as correntes progressistas. Para o autor conservantista,

> [...] revolução não significa a transformação radical de uma sociedade, momento fundador de uma nova sociabilidade e, por isso, crivado por contradições, tensões, mas também por elementos e valores emancipatórios. Para o irlandês radicado na Inglaterra, esse tipo insurrecional de revolução é tomado, de maneira unilateral, como momento de decadência e degradação, no qual a ordem estabelecida é destruída e as tradições, rebaixadas (SOUZA, 2016, p. 363).

Posto isso, podemos afirmar que existe uma "tensão", como assinala Leila Netto (2011), justaposta ao pensamento de Burke e à tradição clássica do conservadorismo. O principal expoente conservador – e toda a tradição – não recusa o desenvolvimento das *novas riquezas das nações*, ou seja, não nega o avanço das forças produtivas, mas rejeita as implicações socioculturais que derivam, necessariamente, deste desenvolvimento.

Deste modo, podemos assinalar que o conservadorismo, representado, particularmente, pelo pensamento de Burke, deseja a continuidade do desenvolvimento econômico capitalista sem romper com as instituições sociais pré-capitalistas – uma

1 O termo *conservantista*, neste artigo, será usado como sinônimo de conservadorismo.

melhoria com a permanência das instituições tradicionalmente consolidadas – exatamente por isso seria equivocado reduzi-lo tão somente ao sentido de *conservação* (NETTO, L, 2011; SOUZA, 2016).

Contudo, essa restauração almejada pelos conservadores se mostra irreversível e utópica dada a consolidação da sociedade burguesa (NETTO, L, 2011). Por conseguinte,

> Esta irreversibilidade, resultado da consolidação da ordem burguesa (ou seja: da dominância do modo de produção capitalista, no plano da economia, e do erguimento do Estado modelado pela burguesia, no plano da política), [...] faz muito mais que retirar do projeto restaurador quaisquer chances de viabilidade: altera o próprio papel sócio-histórico da burguesia (NETTO, L, 2011, p. 46).

Por este ângulo, o curso histórico que levou à consolidação da sociabilidade burguesa e do capitalismo como modo de produção, entregou à classe que os personificam, antes revolucionária, o posto de classe dominante. Neste lugar, a burguesia deixa de ser expressão dos interesses universais e populares – que incorporou para a conformação de uma base social que sustentasse seu projeto – e passa a defender, estritamente, seus interesses particularistas, especialmente no tocante a manutenção das suas instituições. Logo, na brava defesa de seu *status quo* a classe burguesa perde seu caráter revolucionário, se opondo, consequentemente, a qualquer intenção de revolução e controlando os possíveis focos de resistências.

> Inicia-se, assim, por volta de 1830, um profundo e complexo movimento, ao fi do qual aquela cultura [moderna] ver-se-á refuncionalizada para atender às exigências que agora se põem à burguesia trata-se de uma refuncionalização que terá por objetivo eliminar ou neutralizar os conteúdos subversivos da cultura moderna, especialmente aqueles vinculados à sua dimensão emancipadora; um analista deste movimento, certeiramente, caracterizou-o como "o rompimento com a tradição progressista" (Coutinho, 2010): para a burguesia, a questão que se punha era lateralizar os núcleos que, na cultura ilustrada, guardavam um potencial de crítica à sua dominação de classe (NETTO, L, 2011, p. 47).

Por esta lógica, não só a cultura moderna assume novas determinações e expressões, como também o movimento conservador, consciente da impossibilidade de reverter a hegemonia sociocultural burguesa, admite uma nova roupagem: "É assim que ele tem substantivamente mudada a sua função social: de instrumento ideal de luta antiburguesa, converte-se em subsidiário da defesa burguesa contra o novo protagonista revolucionário, o proletariado" (NETTO, L, p. 49-50). Este movimento vai provocar, como resultado, uma alteração na estrutura teórica do conservadorismo e lhe conferir novos expoentes intelectuais.

> Certos princípios do conservadorismo clássico vão ganhar dimensão "científica" com as sociologias de August Comte (1798-1857), Hebert Spencer (1820-1903) e Émile Durkheim (1858-1917). Ao receber a chancela da "ciência social", valores da tradição conservadora são elevados a conceitos.

> Ideias conservadoras clássicas acerca das relações entre indivíduo, Estado e sociedade, passam a receber o anteparo da solidariedade orgânica, da harmonia e da coesão social (SOUZA, 2015, p. 5).

Na sequência de sua exposição, corroborando com o que sinalizamos anteriormente, o autor afirma:

> O positivismo impulsionou o sistema de ideias conservador, ao mesmo tempo em que o modificou, pois estabeleceu sua reconciliação com a sociedade capitalista consolidada e sua institucionalidade. Realinhou o foco das disputas políticas dos conservantistas, de posições antiburguesas para posições antiproletárias e, por derivação, contrarrevolucionárias. A Sociologia como disciplina e "ciência" específica passa a vocalizar certas aspirações conservadoras clássicas, principalmente aquelas em defesa das instituições estabelecidas (SOUZA, 2015, p. 5).

Consoante Leila Netto (2011), este arranjo do conservadorismo clássico e sua vertente teórica, o positivismo, se constroem, especialmente, para enfrentar a *questão social* – isto é, os problemas de cunho político, econômico e social postos em cena a partir do surgimento da classe operária. Deste modo, defende-se a necessidade de uma *ação social* consciente e planejada que mantenha a ordem social, impeça a desintegração da sociedade burguesa e controle a *anomia* inerente à complexificação da divisão do trabalho, a partir da qual a *consciência coletiva* perde espaço para uma *diferenciação individual*.

Desta maneira, "a referida ação social deverá contribuir para a constituição de vínculos solidários entre os indivíduos (solidariedade orgânica), com a criação de uma nova moral, laica (civil) e de base científica. Somente um conhecimento objetivo da sociedade pode oferecer uma base segura para a nova moralidade [...]" (NETTO, L, 2011, p. 53).

Diante deste panorama, pode-se dizer, que o conservadorismo clássico perdura até o ano de 1914. Deste ano, que marca o início da Primeira Guerra Mundial, ao ínterim dos anos 1960-1970 se desenham significativas mudanças sociais, políticas e culturais. Em vista disto, se gesta nesse espaço-tempo, conforme, Souza (2015), o *pensamento conservador moderno*, reformulando, ampliando e/ou universalizando determinados temas centrais da tradição conservadora. Em respeito a isso, portanto, desenvolveremos nossa seção seguinte.

## 3 | NEOCONSERVADORISMO: O CONSERVADORISMO MODERNO

Na qualidade de um sistema de ideias de caráter cultural e político, o conservadorismo se amplia e se desenvolve historicamente, a partir dos anos 1960, sobretudo, mediante sua identificação como ciência social. Conforme já anunciamos, a tradição conservadora se torna a vertente ideológica da nova classe dominante – a burguesia – assumindo, neste curso, novas tonalidades, tendências e características – que podem variar de acordo com as particularidades nacionais e regionais (SOUZA, 2016). Nesta perspectiva, o "novo elemento de conservação" desta tradição diz respeito à ordem burguesa madura e

consolidada (SOUZA, 2015).

Consoante Souza (2015), o que possibilita – ou, até mesmo exige – essa significativa inflexão no interior do movimento conservador é o processo histórico que coincide com o avanço do capital e a consolidação do seu estágio monopolista, “Esse é o cenário histórico (real) de contradições que requisita, dos “neoconservadores” de então, novas bases ídeo-políticas.” (SOUZA, 2015, p. 6). Assim, em vista da defesa da sociedade burguesa, os novos conservadores se apresentam enquanto defensores da “democracia” e contra as “perigosas utopias totalitaristas”. No lugar de “perigosa utopia” o conservadorismo moderno equaliza *comunismo* e *fascismo*, considerando-os regimes *totalitários* de, basicamente, mesmo caráter (COUTINHO, 2014).

> O conservadorismo moderno incorporou o conceito de “totalitarismo” nesses termos niveladores e, com ele, elaborou uma concepção de mundo que encastela o significado ontológico do tempo presente, esvaziando-o do devir histórico. Realiza esse encastelamento através, de um lado, da blindagem do presente em relação às “utopias” revolucionárias, que desejam transformar radicalmente a sociedade vigente. De outro, projetando-se contrários às “utopias” reacionárias, aferradas que são às formas do passado (SOUZA, 2015, p. 7).

Com relação a isso, afirma Coutinho (2014):

> O conservadorismo político recusa os apelos do pensamento utópico, venham eles de revolucionários ou reacionários. Mas o conservadorismo não se limita apenas a recusar esses apelos utópicos, que fazem da fuga para o futuro (ou para o passado) um programa de ação no momento presente. O conservadorismo, por entender o potencial de violência e desumanidade que a política utópica transporta, irá também reagir defensivamente a tais apelos - e “reagir” é a palavra crucial para entender o conservadorismo como ideologia (COUTINHO, 2014, p. 26).

Isso, por sua vez, atribui aos neoconservadores a forte característica de valorizarem o presente (COUTINHO, 2014; SOUZA, 2015, 2016). O saudosismo do conservadorismo clássico, portanto, não compõe o arcabouço do conservadorismo moderno, o que importa neste novo estágio é “*o aqui e agora*” da moderna sociedade burguesa (COUTINHO, 2014). Em vista deste fator, então, o movimento conservador na contemporaneidade se identifica, e pode ser percebido, como um movimento de tendência progressista, um terceiro (e mais apropriado) termo, ao passo que rejeita as “utopias totalitárias” – reacionárias e revolucionárias (SOUZA, 2015, 2016).

No tocante à razão os conservadores modernos estabelecem uma relação bastante específica: não a negam, como fazia aqueles da tradição clássica, mas rejeitam sua corrente teórica – o racionalismo – pelo mesmo processo, também, não cativam nem se comprometem, em sua totalidade, com o irracionalismo. No que diz respeito a isso, afirma Coutinho (2014), “não é a razão *per se* que inspira a crítica conservadora; é, tão só, a arrogância do racionalismo moderno e a sua ideia nefasta de ‘possibilidade infinita’ na

condução racional dos assuntos humanos” (COUTINHO, 2014, p. 35).

Desta forma, pela ótica dos neoconservadores o saber advém da prática, do movimento empírico, e

> [...] o racionalismo entroniza o saber técnico-teórico, em detrimento do saber prático. Para os conservadores, a experiência, de onde provém o saber prático, fornece os melhores referenciais para orientação da ação social. O saber teórico tenderia a deduzir os posicionamentos políticos a partir de elaborações ideais, o que significaria fazer abstração das condições objetivas de uma dada sociedade (essa conclusão, por parte dos conservadores, decorre da sua visão reificada da relação teoria e prática). (SOUZA, 2015, p. 12).

Souza (2016), no entanto, chama a atenção para a diversidade de intelectuais que habitam a esfera do moderno conservadorismo. Oriundos de diferentes áreas do saber, estes intelectuais provocam no seio do movimento conservador uma ampliação nos alicerces que sustentam os valores e as ideias desta tradição. Nestas condições, o autor salienta que o conservadorismo dos nossos tempos deve ser analisado e apreendido como “conservadorismos”, isto é, como um conjunto de tendências conservadoras, com naturezas e orientações distintas.

Neste caldo, portanto, embora não seja a regra, identificam-se intelectuais radicados, ainda, no irracionalismo, em contraposição àqueles que possuem um discurso moderadamente relacionado à democracia (SOUZA, 2016). Todavia, “o que permanece como intocado [...] é a defesa incondicional da sociedade vigente e o estabelecimento de um consenso antirrevolucionário a antiproletário” (SOUZA, 2016, p. 158).

Um ponto central do conservadorismo moderno que, inclusive, o aproxima à sua manifestação clássica, é a valorização e a defesa das *tradições*. Na perspectiva conservadora as tradições, uma vez que resistem e sobrevivem aos “testes do tempo” (COUTINHO, 2014), revelam, em si mesmas, sua validade e qualidade (COUTINHO, 2014), isto é, “[...] se uma tradição está viva e atuante, esta evidência empírica serve como fundamento para preservá-la” (SOUZA, 2015, p. 16). Em sequência, as tradições, para os conservadores, possuem uma função educativa, atuam como mediação entre o sujeito individual isolado e a sociedade. Assim, nos revela Coutinho (2014):

> [...] são as tradições de uma comunidade que permitem ao indivíduo, isoladamente considerado, entrar na “grande conversa da humanidade”. As tradições fornecem aos indivíduos a gramática básica dessa conversa, impedindo que estes se tornem, nas palavras de Burke, meras “moscas de um verão”: existências breves, desgarradas e desabitadas de qualquer referência social, cultural ou moral (COUTINHO, 2014, p. 60).

Neste contexto, Souza (2015) destaca um aspecto que consideramos importante: o processo de individuação do ponto de vista conservador se situa na centralidade das tradições, desta forma, a reiteração se realiza mediante a reiteração de um patrimônio construído por gerações passadas, abstraindo, como aduz o autor, toda a “teia categorial”

mobilizada neste processo.

Em continuação, no mesmo sentido e partindo do mesmo fundamento, os conservadores também valoram os *preconceitos.* Este entendido enquanto um conjunto de saberes precedentes adquiridos com base em decisões, ou, experiências passadas, cuja validade se comprova, também, visto a sobrevivência ao longo do tempo. Em respeito a isso, indica Souza (2015):

> Para essa corrente [conservadora], os "preconceitos" são tomados como sistema de valores acumulados. Longe do sentido comum que os debates cotidianos fornecem ao termo "preconceito", geralmente associado a algum tipo de discriminação, no entender do conservadorismo, eles são balizas seguras para a orientação da ação social (e política) racional (COUTINHO, 2014) porque representam o conjunto de saberes adquiridos com o passar do tempo (SOUZA, 2015, p. 16).

Os preconceitos, ao modo conservador, servem ainda como baliza para as transformações que se fazem necessárias. Com isso, vale reiterar que o conservadorismo – seja clássico, ou moderno – não rejeita, indiscriminadamente, mudanças e transformações; sim, negam aquelas que são empregadas contra às tradições. Deste modo, os conservadores celebram as transformações desde que estas atuem para a manutenção – e/ou melhoria – das instituições, das tradições e da ordem e não atinjam a superestrutura cultural e social. Em vista disto, a tradição conservadora defende a realização de *reformas* – mudanças superficiais e paliativas – que previnam insurreições revolucionárias (COUTINHO, 2014; SOUZA, 2015). Nesta lógica, "a reforma é necessária para se preservar (e melhorar) o que encontra em risco [...]" (COUTINHO, 2014, p. 74).

O conservadorismo moderno, de acordo com o que já sinalizamos, possui com o capitalismo e sua classe consideráveis relações que interessa-nos destacar. Consoante Souza (2015), os novos conservadores trataram de resgatar na tradição clássica os indícios conciliatórios com o sistema do capital e, especialmente, com a sua tradição liberal – um dos principais antagonistas da vertente conservadora originária. Entretanto, "os conservadores preservam suas tradicionais ressalvas à estruturação de valores que possam ser universalizados, como o individualismo da tradição liberal, por exemplo" (SOUZA, 2015, p. 6).

A ideia de que a sociedade comercial iria corromper a alma humana e provocar espantosa desordem destruindo as tradições, aos poucos, derruiu. Em conformidade com Coutinho (2014), os neoconservadores defendem que os "homens" – entendidos como sujeitos sociais – possuem uma natureza comercial, estão, naturalmente, predestinados à negociação e a troca. Desta feita, a sociedade do livre mercado, ao contrário de uma ameaça, representa, na perspectiva conservadora, uma possibilidade de exaltação e estímulo às capacidades e potencialidades humanas, e o lucro, sua "pedra de toque" converte-se no fundamento para o desenvolvimento individual e coletivo (COUTINHO, 2014; SOUZA, 2015).

> Se a função de um governo é respeitar, por princípio, a natureza humana, importante é também que ele respeite uma das propriedades fundamentais dessa mesma natureza: o fato de existir nos homens uma propensão para "negociar, per mutar ou trocar uma coisa pela outra", cujo objetivo é fazer com que os indivíduos possam "melhorar a sua condição" (COUTINHO, 2014, p. 87).

Ainda, opositor obstinado às tendências "totalitárias" e defensor da liberdade democrática, o conservadorismo moderno, afirmando respeitar a natureza dos homens, abraça a sociedade comercial – neoliberal – sob a justificativa de que esta concede aos "homens" o direito de fazer suas próprias e livres escolhas, sem a imposição autoritária de um padrão único de preferências ou comportamentos. Neste raciocínio, a sociedade do mercado não se apresenta mais como uma ameaça às tradições, mas ela mesma se faz, neste novo momento, uma tradição que precisa ser protegida e conservada (COUTINHO, 2014).

Em face do exposto, é possível observar que o conservadorismo contemporâneo possui com o conservadorismo clássico pontos de encontros e desencontros. Nesta mesma perspectiva, como já anunciamos, o neoconservadorismo sofre determinações e assume particularidades diferentes a depender da formação sociocultural e histórica de cada país, podendo, desta forma, aproximar-se de tendências mais progressistas, ou, mais à direita. No caso do Brasil o que se constata é a presença de tendências radicalizadas do conservadorismo, contraditoriamente, de corte protofascista. Posto isso, nos dedicaremos na próxima seção à exposição e apreensão do moderno conservadorismo no Estado brasileiro.

## 4 | O "CONSERVADORISMO" NA REALIDADE BRASILEIRA

Em vista do seu avanço e ampliação, o conservadorismo, sobretudo nos últimos anos, para além de um sistema de ideias, passa a se conformar enquanto um projeto de sociedade – envolvendo clara concepção de mundo e propostas concretas de ação política (SOUZA, 2016). Desta feita, especialmente a partir de 2016, o projeto conservador, em suas vertentes mais radicalizadas à direita, tem sido o principal conteúdo no cenário político brasileiro, disputando e conquistando significativa hegemonia política e cultural.

Conforme pontuado por Souza (2016), as correntes conservadoras de maior expressão no Brasil são as de origem inglesa e, acima de tudo, norte-americana. Neste sentido, o conservadorismo brasileiro combina os principais – e, talvez, mais nefastos – elementos destas tradições, adequando-os, dentro do possível, às particularidades socioculturais e regionais do Estado brasileiro, admitindo a configuração de um "conservadorismo à brasileira", que "harmoniza", contraditoriamente, componentes conservadores, neoliberais e, ainda, de cunho protofascistas. Seguindo este raciocínio, afirma Souza (2015) a respeito do movimento conservador:

> No Brasil, congrega propriedades europeias e norte-americanas. Sofre também mutações desde dentro, recombinando, ecleticamente, propostas, valores e ideais com a nossa realidade concreta, desde finais do século XIX. O resultado - considerando as condições e de inserção subordinada de nossa formação social no circuito de capital mundial monopolizado, além das contradições tipicamente decorrentes da passagem brasileira à modernização capitalista - é a intensificação das tonalidades mais à direita do conservadorismo, aproximando-o de ideias ao sabor dos reacionários (SOUZA, 2015, p. 8).

Considerando o espaço estabelecido para este artigo não nos deteremos a explicar, adequadamente, estas duas matrizes – inglesa e norte-americana –, dedicaremos nossa atenção e análise às manifestações do conservadorismo no Brasil, particularmente, através do aprofundamento do fundamentalismo religioso, da intolerância, da discriminação e da diminuição do Estado. É certo que estes elementos não compõem – ao menos não da mesma forma – o arsenal das tradições conservadoras que expomos nas seções anteriores, no entanto, em nossa perspectiva, não fogem por completo delas.

A contraditória união do conservadorismo com o liberalismo e com as tendências fascistas, inevitavelmente, atribui-lhe novo delineamento, todavia o imperativo de proteger, a qualquer custo, uma determinada sociedade – neste caso, a burguesa –, suas instituições e tradições, e o forte apelo à moral, sobretudo religiosa, demonstram o histórico cariz conservador. Ronaldo Almeida (2017, 2019) indica que o atual conservadorismo na sociedade brasileira diz respeito a principal resultante de diferentes forças políticas frente o cenário de crise enfrentado no país, "[...] isto é, o vetor que tem apontado a direção e o sentido do processo social em curso" (ALMEIDA, 2019, p. 187).

O "conservadorismo à brasileira", de que nos fala Souza (2015), deriva, de acordo com as análises de Almeida (2019) de um profundo quadro de crise que possui expressões em níveis políticos, culturais e jurídicos. Esta crise, apesar de se encontrar em curso, mundialmente, desde 2008, é desencadeada com maior expressão no Brasil a partir de 2013, e aprofundada com o golpe do *impeachment* contra a presidenta Dilma Rousseff, em 2016, e com a eleição de Jair Bolsonaro, em 2018 (BRAZ, 2016; ALMEIDA, 2017, 2019). Desde então avança em nosso país, nas palavras de Almeida (2019), um amálgama de valores culturais e uma concertação de forças políticas que configuram o que tem sido nomeado de "onda conservadora".

O uso dos termos "amálgama" e "concertação", por eles mesmo, talvez dispensasse nossa explicação, no entanto, importa-nos reiterar: o dito conservadorismo brasileiro reúne atores e esforços políticos distintos, "[...] um conjunto relativamente variado de discursos, valores, ações e posicionamentos políticos com interesses parciais e conjunturalmente comuns" (ALMEIDA, 2017, p. 4). Neste sentido, a reação conservadora no Brasil compõe-se, essencialmente, por conservadores, propriamente ditos, evangélicos fundamentalistas, e fascistas. Assim, é certo que estes grupos não possuem identidade, ou designação,

comum, mas se unem em torno dos discursos de ódio – sob o manto dos bons e corretos costumes –; do controle dos corpos e comportamentos; e da retirada e diminuição dos direitos.

Nesta perspectiva, Almeida (2017, 2019) destaca quatro linhas de forças sociais que envolvem, de modo especial, conservadores e fundamentalistas, nomeadamente, as linhas: econômica, moral, securitária e societal. A primeira diz respeito ao papel que o Estado deve ocupar na economia. Alinhados a ideia neoliberal e meritocrática, estes grupos se opõem, ferrenhamente, às políticas públicas e sociais de transferência de renda e proteção social, celebram o esforço e a dedicação individual, incentivando o empreendedorismo, e defendem a iniciativa privada (ALMEIDA, 2017, 2019).

> Em grande medida, esse entendimento do esforço individual tem uma afinidade de sentido com a orientação da Teologia da Prosperidade dos neopentecostais, que se expande pelo meio evangélico e além dele. Trata-se, principalmente, de estimular a postura empreendedora com o objetivo não só de sobrevivência financeira, mas de acúmulo material e mobilidade social (ALMEIDA, 2019, p. 207).

A linha de força que se segue refere-se, como pontuado por Almeida (2017), “[...] à disputa pela moralidade pública, que no Brasil encontra nas religiões cristãs os principais canais de sacralização da família e da reprodução da vida.” (ALMEIDA, 2017, p. 17). Neste campo, portanto, os conservadores pautam maior controle dos corpos, dos comportamentos e, inclusive, dos vínculos familiares (ALMEIDA, 2017, 2019). Rejeitam sistematicamente o aborto e estabelecem ênfase na família como uma instituição constituída exclusivamente por um homem e uma mulher, logo, negando aquelas formadas por casais homoafetivos (SOUZA, 2016).

Neste mesmo raciocínio, sob a justificativa de defesa da moral, o grupo conservador relega a educação e a orientação sexual nas escolas da rede pública, realizando considerável propaganda negativa – o que, aliás, tem conquistado a opinião coletiva – e barrando estas propostas no legislativo, uma vez que ocupam um significativo número de cadeiras na câmara dos deputados.

> As proposições de ordem moral não apontam somente para um tradicionalismo que apenas resiste ao mundo em mudança, como comportam-se setores da Igreja Católica. Os evangélicos pentecostais têm um conservadorismo ativo e não apenas reativo destinado à manutenção do status quo tradicional de caráter mais católico. A esses evangélicos têm interessado a disputa pela moralidade pública (Casanova, 1994). Não somente a proteção da moralidade deles, mas a luta para ela ser inscrita na ordem legal do país (ALMEIDA, 2017, p. 18).

A terceira linha de força que, em acordo com Almeida (2017, 2019), une evangélicos e conservadores, concerne à segurança. Em respeito a este aspecto a onda conservadora brasileira tem encaminhado propostas políticas, demandas coletivas e medidas governamentais que indicam e endossam posturas e ações de cunho mais repressivo e

punitivo por parte dos aparelhos de segurança do Estado. Trata-se, na verdade, de violência estatal, defendida e legitimada, contra a população, particularmente, trabalhadora.

> A redução da maioridade penal, a lei do desarmamento, a lei antiterror, a política de encarceramento, a militarização de parcela da gestão pública, entre outros, são temas atuais cujo conjunto aponta para o aumento da violência do Estado sobre a população, sobretudo, os mais apartados do universo dos direitos (ALMEIDA, 2017, p. 21).

O tópico da segurança pelo prisma conservador – a partir do aumento da repressão e da punição – tem conquistado forte apoio popular. Verifica-se, de fato, o crescimento da insegurança pública no país, muito em vista, exatamente, do tratamento securitário desenvolvido e oferecido pelo Estado. desta feita, cresce, também, a demanda por segurança e a ampliação das agências privadas (ALMEIDA, 2017, 2019).

Para finalizarmos, a quarta linha corresponde “[...] à qualidade e à intensidade das interações sociais em situações de forte antagonismo político.” (ALMEIDA, 2017, p. 23). Almeida (2017, 2019) ressalta que a crise que atinge o sistema político brasileiro tem se espraiado, de forma considerável, às relações interpessoais. Este fato é facilmente observado a “olho nu”. Não são necessárias minuciosas análises para identificar que – e o quanto – as divergências políticas têm afetado, e até destruído, amizades e laços familiares. Ainda consoante o autor, vingança, fobia e ódio foram os sentimentos impulsionados pela grande “onda conservadora”. Estes sentimentos, por sua vez, assim como o conservadorismo de modo geral, encontram nas redes sociais seu principal veículo. Através das telas não existem limites para o ódio e a intolerância.

Desta feita, Almeida (2017, 2019) detalha que a vingança é, especialmente, mobilizada mediante a defesa da diminuição da maioridade penal. Somado a isso, acrescentamos, também para exemplificar a evocação da vingança, a famosa frase muitas vezes proferida pelos conservadores “bandido bom é bandido morto”. E vale ressaltar: uma vingança cujo alvo é a classe trabalhadora. “A fobia foi o outro afeto nomeado quando se tratou de diversidade sexual e a discriminação de gênero.” (ALMEIDA, 2017, p. 24). Quanto ao ódio, verifica-se sua evocação por meio da intolerância religiosa – particularmente contra as religiões de matriz africana – e através da realização de atos políticos protagonizados por movimentos populares e proletários.

> [...] é preciso ampliar o foco e entender tais atos como sintoma de afetos sociais mais amplos que são pouco abertos às diferenças, muito voltados sobre si como medida para a vida pública e, por vezes, agressivos simbólica e concretamente com o que negam, o que tem gerado atos de iconoclastia, de vilipêndios por meio de rituais, de constrangimento moral e, apesar de menos frequente, mas não ausente, de violência física (ALMEIDA, 2017, p. 24-5).

No tocante à relação do conservadorismo com o fascismo na realidade brasileira – e destes com o fundamentalismo religioso – acreditamos que pode ser explicada,

também, pelas linhas de forças apresentadas por Almeida (2017, 2019). No entanto, de forma especial pelas linhas da moral e da segurança, neste sentido, aduz Mattos (2019) a respeito da atuação política dos grupos neofascistas:

> Aplica[m] soluções militaristas e moralistas (que se combinam, por exemplo, na política de militarização das escolas públicas), apoiadas na amplificaçã da imagem de ameaças da "bandidagem" (que justifica a dilatação da violência policial de traços genocidas contra a população jovem, negra e periférica) e da "ideologia de gênero", corruptora dos valores da família e dos "homens de bem" (MATTOS, 2019, p. 40).

Uma característica fundamental do fascismo é o uso da violência organizada levada à frente por tropas de choque contrárias à classe trabalhadora, com o fim de esmagar toda atividade proletária independente (MATTOS, 2019), o que não destoa do que pretende conservadores e fundamentalistas. Os fascistas contemporâneos, em acordo com Mattos (2019), também atuam em defesa de um Estado enxuto de um livre mercado, uma vez que este grupo é composto, majoritariamente, pela pequena burguesia e pelas "classes médias". No que diz respeito aos sentimentos mobilizados pelos neofascistas – tão quanto no fascismo clássico –, o ódio, sobretudo contra determinadas etnias, é o imperativo, todavia, a fobia, a vingança e a intolerância constituem, também, este arsenal.

Posto isso, ainda que sejam grupos distintos, como defende Almeida (2017, 2019), conservadores, fundamentalistas e neofascistas se mostram, ao menos na particularidade brasileira, cada vez mais próximos e imbricados, com interesses e modos de atuação compartilhados. O que, portanto, dificulta uma dissociação e/ou diferenciação.

## 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conservadorismo no Brasil, devendo ser compreendido enquanto uma expressão – talvez, a mais significativa – do quadro de crise vivenciado pelo país, conforma-se em um conservadorismo moral e religioso (ALMEIDA, 2017). Como salienta Souza (2016), trata-se de uma ideologia concentradora das classes dominantes que camufla as contradições inerentes à sociabilidade burguesa, sobretudo, mediante a naturalização das relações sociais de opressão e exploração, contribuindo com a manutenção e ampliação do capitalismo.

Para chegarmos à discussão do Estado brasileiro, no entanto, apresentamos o conservadorismo em seu momento fundador, em um espaço e contexto bastante específicos, um movimento de reação contra o pensamento iluminado e os processos revolucionários burgueses, defensor das instituições e tradições do antigo regime (NETTO, L., 2011; SOUZA, 2015, 2016). Assim como, expomos seu processo de avanço e desenvolvimento a partir da identificação enquanto ciência social, se aproximando da classe burguesa e sendo adotado por ela como sua ideologia, quando essa torna-se classe dominante (SOUZA, 2015, 2016).

Em vista disso, evidenciamos como a progressão do conservadorismo o levou a sofrer diferentes determinações e, consequentemente, assumir, distintas – e, por vezes, contraditórias – particularidades, especialmente a depender das formações sócio-históricas de cada país. Na realidade brasileira, como já evidenciamos, a "onda conservadora" une os integrantes desta tradição à fundamentalistas e neofascistas, em torno de um projeto político e social que ataca de forma nefasta os direitos civis, políticos e sociais, e contribui com a elevação do ódio, da intolerância e da discriminação (SOUZA, 2016; ALMEIDA, 2015, 2016).

Para finalizarmos, explicitamos, conforme indica Souza (2016), que o conservadorismo possui uma função social própria e essencial quando incorporado na formação social brasileira: apresentar-se como o projeto político hegemônico para guiar a sociedade a uma adaptação irrestrita aos imperativos do capital monopolista imperialista.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ronaldo de. A onda quebrada-evangélicos e conservadorismo. **Cadernos Pagu**, Campinas Unicamp, nº 50, 2017.

ALMEIDA, Ronaldo de. **Bolsonaro presidente**: Conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. Novos Estudos, Cebrap, nº 01, p. 185-213, 2019.

COUTINHO, João Pereira. **As ideias conservadoras explicadas a revolucionários e reacionários**. São Paulo: Três Estrelas, 2014.

NETTO, Leila Escorsim. **O conservadorismo clássico**: elementos de caracterização crítica. São Paulo: Cortez, 2011.

SOUZA, Jamerson Murillo Anunciação de. **O conservadorismo moderno**: esboço para uma aproximação. Serviço Social & Sociedade, p. 199-223, 2015.

SOUZA, Jamerson Murillo Anunciação de. **Edmund Burke e a gênese conservadorismo**. Serviço Social & Sociedade, p. 360-377, 2016.

SOUZA, Jamerson Murillo Anunciação de. **Tendências ideológicas do conservadorismo**. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-graduação em Serviço Social, UFPE, Recife, 2016.

CAPÍTULO 2

# PARTICIPAÇÃO, PODER E POLÍTICA: O FEMINISMO ENQUANTO LUTA DE CLASSES

*Data de aceite: 03/04/2023*

**Andreia Agda Silva Honorato**
Assistente Social. Mestra e Doutora pela PUC SP. Professora Adjunta no Curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Integrante do Grupo de Pesquisa e Estudos sobre os Fundamentos do Serviço Social – GPEFSS

**Bárbara Nicole Sales de Amorim**
Assistente Social graduada pela Faculdade de Mauá (FAMA)

**Bruna Caroline Tossato Pereira**
Assistente Social formada pela Faculdade de Mauá (FAMA)

**Geneviéve Melissa Dos Santos Silva**
Assistente Social formada pela Faculdade de Mauá (FAMA)

**RESUMO**: O artigo em tela trata sobre o lugar do feminismo na luta de classes, ou seja, a importância do protagonismo de sua participação, poder e política frente aos enfrentamentos contra hegemônicos do machismo, do patriarcado e, sobretudo, da ideologia burguesa. O movimento feminista é um dos movimentos com maior alcance global atualmente, embora o feminismo que enxergamos nos veículos midiáticos seja, em sua maior parte, o feminismo liberal, que por estar incorporado ao capitalismo tem fim em si mesmo, portanto, abordamos sobre o feminismo que, para além da defesa dos direitos sociais e políticos das mulheres, tem como uma de suas pautas a emancipação da classe trabalhadora e a denúncia do aparelho opressor do Estado. Neste sentido, a abordagem fundamenta-se a partir de pesquisa bibliográfica e exploratória e seu método de análise, o materialismo histórico-dialético, considerando de modo central categorias fundantes como história, totalidade, mediação, trabalho e contradição. Assim, é possível identificar como resultado, a urgência da organização política das mulheres para galgar conquistas importantes no âmbito da cultura, capaz de fazer valer as conquistas legais anteriormente alcançadas a partir de potentes movimentos custeados por muitas vidas ceifadas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Luta de Classes. Feminismo. Tradição Marxista. Movimento Feminista.

PARTICIPATION, POWER AND POLITICS: FEMINISM AS A CLASS STRUGGLE

**ABSTRACT**: The article in question deals with the place of feminism in the class struggle, that is, the importance of the protagonism of its participation, power and politics in the face of confrontations against hegemonic machismo, patriarchy and, above all, bourgeois ideology. The feminist movement is one of the movements with the greatest global reach today, although the feminism that we see in the media is, for the most part, liberal feminism, which, because it is incorporated into capitalism, has an end in itself, therefore, we approach about feminism which, in addition to defending women's social and political rights, has as one of its agendas the emancipation of the working class and the denunciation of the oppressive apparatus of the State. In this sense, the approach is based on bibliographic and exploratory research and its method of analysis, dialectical historical materialism, considering in a central way founding categories such as history, totality, mediation, work and contradiction. Thus, it is possible to identify, as a result, the urgency of the political organization of women to reach important conquests in the field of culture, capable of asserting the legal conquests previously conquered from powerful movements paid for by many lives taken.

**KEYWORDS:** Class Struggle. Feminism. Marxist tradition. Feminist Movement.

## 1 | INTRODUÇÃO

Assim como cita Engels em "A origem da família, da propriedade e do Estado" (1884), sabe-se que a relação de opressão, o papel do casamento e do controle social e biológico sobre os corpos feminismo se relacionam diretamente com a propriedade privada, sendo esta, a primeira dominação conhecida pelos termos históricos, e mantida pelo patriarcado e pelo capitalismo.

O movimento feminista é um dos movimentos com maior alcance global atualmente, embora o feminismo que enxergamos nos veículos midiáticos seja, em sua maior parte, o feminismo liberal, que por estar incorporado ao capitalismo tem fim em si mesmo, falemos então sobre o feminismo que, para além da defesa dos direitos sociais e políticos das mulheres, tem como uma de suas pautas a emancipação da classe trabalhadora e a denúncia do aparelho opressor do Estado.

O marxismo forneceu ao movimento feminista armas teóricas que permitem a compreensão crítica e emancipatória da sociedade, de modo que fosse possível compreender a maneira que a emancipação feminista deve ser construída juntamente a emancipação humana – ou se preferir, juntamente a emancipação da classe trabalhadora, uma vez que ambas as lutas são intrínsecas.

Dividido em três momentos, inicialmente se faz uma breve historicização dos movimentos sociais, para que, então, seja possível contextualizar, num segundo momento, o movimento feminista e no terceiro e último momento, trazer um movimento emancipatório como alternativa política.

Por isso, o diálogo a ser travado neste trabalho sugere que, apesar de avanços, ainda são muitos os desafios, uma vez que a opressão das mulheres não se coloca como

um problema específico, ao contrário, ele está inerente à lógica capitalista, e por isso, a luta feminista deve partir também de uma perspectiva antirracista e anticapitalista.

## 2 | MOVIMENTO FEMINISTA: HISTÓRIA E POTÊNCIA.

Os Movimentos Sociais estabelecem-se como um expressivo instrumento da democracia, visto que, designa um dos meios de mediação entre os grupos minoritários e o Estado. Este último citado possui um papel indispensável quanto a manutenção das desigualdades, o que incita esses movimentos a expandirem e empenhar-se na luta contra as injustiças sociais postas.

Deste modo, a eclosão dos movimentos sociais associa-se, em particular, as mudanças nas relações produtivas oriundas do mundo do trabalho, que se manifestam a partir da segunda metade do século XVIII na Europa, mais precisamente, na Inglaterra, com o advento da Revolução Industrial. Este processo influi em consideráveis alterações no modo como o processo produtivo, e consequentemente as relações de trabalho, se davam, a partir da transição da manufatura para a maquinofatura. No modo de produção manufatureiro, a construção das mercadorias realizava-se de modo manual e passam a ser substituídas pelas máquinas, intensificando a produção quanto a demanda e tempo de produção.

Os trabalhadores, agora denominados como operários assalariados, passam a exercer o manuseio do maquinário e a concentrar-se em um mesmo espaço coletivo. Porém, essa nova forma de organização, além de propiciar distintas maneiras de exploração ao trabalhador, resulta na concentração do lucro apenas aos proprietários dos meios de produção. Além de que, os espaços não apresentavam o mínimo de salubridade aos trabalhadores, era recorrente a exploração da força de trabalho feminina e infantil, as jornadas de trabalho eram excessivas, chegando a ultrapassar 16 horas diárias e a queda salarial, expressiva.

Portanto, o processo de industrialização além de promover a urbanização e uma reforma no modo de produção até então vigente, resulta também em uma forte tensão entre a classe trabalhadora e a burguesia, uma vez que, suas condições assemelham-se para além do âmbito trabalhista, como as inúmeras horas trabalhadas, o salário escasso e a falta de direitos trabalhistas, mas também as más condições de moradia, de saúde, entre outros aspectos.

Assim, os trabalhadores unem-se em busca de melhorias trabalhistas. Suas mobilizações até ganham força, porém, como resposta, o Estado replica intensa repressão.

Em 1811, ocorre o que ficou conhecido como a primeira articulação operária, o Movimento Ludista. No qual, os trabalhadores invadiram as fábricas, quebrando os maquinários como forma de demonstrar sua insatisfação e reivindicar por oferta de melhores condições de trabalho.

Importante ressaltar que a progressão do processo de produção é acompanhada da organização operária e crescimento do movimento sindical. O direito livre associação sindical é aprovado pelo Parlamento Inglês em 1824 e deste modo, organizações de trabalhadores, conhecida como *trade-unions*[1], passam a negociar as questões trabalhistas na Inglaterra onde suas reivindicações eram movimentadas, principalmente, pelas greves, onde o sindicato agia no auxílio aos trabalhadores ou desempregados por meio das "caixas de resistência".[2]

Outro movimento de extrema relevância para a luta operaria, foi o Movimento Cartista, que ocorreu duas décadas depois do Ludismo, em 1830. O movimento não reivindicava apenas questões econômicas, como redução da jornada ou aumento salarial, mas, reivindicavam, também uma Carta Constitucional que pudesse garantir os direitos trabalhistas adquiridos e o direito ao voto, visto a necessidade de eleger representantes que lutassem pelos interesses dos operários. Em 1838 as propostas Cartistas centrais foram apresentadas ao parlamento inglês pela Carta do Povo[3].

> [...] já concebendo a contradição do capital e o trabalho, os operários começam a formalizar coalizões contra os burgueses; juntam-se em defesa do seu salário; fundam associações permanentes, a luta se expressa em motins [...] (MONTAÑO, DURIGUETTO, 2011, p. 230).

Os movimentos revolucionários de 1848 representam um marco importante nas lutas operárias, pois retratam o momento em que os trabalhadores passam a ter consciência de *classe para si,* contrapondo o projeto sociopolítico burguês. Neste mesmo ano é redigido o *Manifesto do Partido Comunista* por Karl Marx e Engels, membros da *Liga dos Comunistas*.[4] Apresentavam o processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista e a nova classe emergente, o proletariado abordava a necessidade da propagação dos princípios do movimento no conjunto dos trabalhadores, assim como de organização deles para além das fábricas e em nível mundial.

A partir desse marco, a concepção da classe trabalhadora como protagonista sócio-histórico já havia se concretizado. Portanto, mesmo com as derrotas enfrentadas pelos atos revolucionários, mobilizações e reivindicações, a identidade proletária encontrava-se materializada.

A princípio, as lutas operárias apresentavam demandas trabalhistas em busca da melhoria das condições de trabalho, aumento salarial, direitos básicos aos trabalhadores, entre outros aspectos e em seguida, com a consciência de classe corporificada, passam a também a defender um novo projeto sociopolítico.

---

1 Refere-se às associações sindicais que se consolidam a partir de 1924 com a conquista inglesa pelo direito à livre associação, apresentando como objetivo, planejar e estruturar a luta operária.

2 Fundo organizado pelas associações sindicais, como um auxílio, que possibilita manter os trabalhadores em greve, através desse meio, até que o conflito chegasse em seu desfecho.

3 Documento escrito em 1838, por William Lovett, deu início movimento cartista, fora um movimento político operário. O Movimento Cartista. Abrangia as reivindicações e o que desejava-se implementar.

4 É criado em 1830 como Liga dos Proscritos, tem seu nome alterado por duas vezes, como Liga dos Justos e somente em 1847, Liga dos Comunistas. Cumpria sua função de partido, como instrumento de organização das lutas operárias.

Dito isso, é de extrema importância destacar que a instituição das lutas da classe trabalhadora brasileira não se baseia a partir deste marco, e sim, são herdadas da luta dos escravos e escravas. Deste modo, não emergem somente por meio do processo de industrialização, nos países latino-americanos, por exemplo, sua gênese é estabelecida no período escravista.

Uma vez que, os colonizadores – no caso do Brasil, os portugueses – utilizavam de métodos violentos e se justificavam através da crença de inferioridade dos colonizados e sua superioridade, diferentemente dos países colonos, dentro das colônias, a divisão sexual do trabalho estava subordinada a questão racial, pois, homens e mulheres negras eram iguais para fins de exploração escravista, enquanto homens brancos de classe baixa ainda podiam ter pequenas propriedades e trabalharem enquanto comerciantes. Nota-se então que a divisão do trabalho estava diretamente associada à sua raça.

A questão de gênero é, e sempre foi articulada a questão de raça. Ainda se tratando de colonização, homens e mulheres colonizados eram tidos enquanto animais, pois a perspectiva eurocêntrica era utilizada como padrões normativos para comportamentos, e por não seguirem determinadas normativas, os colonizados foram instituídos como "selvagens", ou ainda, machos e fêmeas, por serem tratados enquanto animais.

A expropriação cultural que os colonizadores europeus causaram pelo globo viabilizou que seus ideais de superioridade de raça e visão de mundo fossem a única possível. Assim sendo, os povos colonizados e escravizados foram condicionados a comportarem-se de acordo com os ideais europeus, e ainda assim, não lhes foram concedidos o tratamento de não- animais. Resultando assim em mudanças das quais ainda hoje se fazem presentes aos países colonizados. As primeiras formas de preconceitos e desigualdade foram instauradas pela invasão eurocêntrica branca, que hoje, ignoram profundamente os efeitos catastróficos que a colonização causara. Para além do racismo, a opressão de gênero também se faz presente neste processo, de modo que altera as configurações das relações sociais.

Em 1822, quando o Brasil se torna um Estado "independente", inicialmente, espera-se que os colonizadores evadissem o país e que as reminiscências do passado fossem apagadas, no entanto, nada realmente mudou no cenário político e social brasileiro. Os interesses ainda continuavam em prol da manutenção do sistema de exploração e dominação dos povos negros que eram então escravizados (negros e indígenas). Privilégios de raça e classe continuavam a se reafirmarem através da exploração econômica, permitindo que a estrutura racista se tornasse ainda mais firme, mesmo após o "fim" da escravidão, de modo que a condição socioeconômica dos negros e indígenas não mudara.

No período de colonização, o que era considerado somente por desigualdade, fossem elas, sociais, econômicas ou políticas, eram na verdade o início da "questão social", este termo, no entanto, só passa a ser reconhecido e utilizado no Brasil no período da industrialização. Reforçando assim que o que acontece com a instauração completa do modo de produção capitalista é o agravamento da questão social e a "modernização" das

suas expressões.

Historicamente, o Brasil possui como principal particularidade, movimentos sociais com o propósito de luta contra governos autoritários, pela democracia e liberdade.

A expansão dos movimentos no contexto sócio-histórico brasileiro se deu em consequência das transformações econômicas e da limitada participação política da classe trabalhadora.

> As balizas do modelo de desenvolvimento econômico-social adotadas pela "autocracia burguesa" (na expressão de Florestan Fernandes), a partir do golpe de 1964, foram conduzidas segundo os interesses do grande capital monopolista, reforçando o desenvolvimento dependente e associado e a integração subordinada do Brasil à ordem capitalista internacional. Desse modo, a reprodução ampliada do desenvolvimento dependente e associado veio consolidar o processo de concentração e de centralização do capital, que vinham se efetivando nas mãos dos grandes monopolistas, instaurando uma estrutura econômica-social marcada pela concentração da propriedade e da renda e de uma enorme desigualdade social (MONTAÑO, DURIGUETTO, 2011, p. 267-268).

Na década de 1970 ocorre a expansão do capitalismo brasileiro, por meio de uma estratégia que se baseava no endividamento externo e o aprofundamento da exploração da classe trabalhadora. O arrocho salarial e o desemprego causados pelo sistema ditatorial somaram-se a insatisfação econômica e política e os movimentos populares passam a intensificar-se, resultando na crise da autocracia burguesa.

A busca pela industrialização do país repercute em significativas mudanças na área rural, pois se inicia o processo de investimentos na tecnificação agrícola e agroindustrial, assim os trabalhadores rurais são impulsionados a migrar aos centros urbanos. Encontram baixos salários e a negligência governamental na condução e promoção de bens de consumos coletivos, como consequência, ocorre o aumento dos loteamentos, acompanhado de questões como ausência de saneamento básico, transporte coletivo, Sistema Único de Saúde, escolas, entre outros. Associado a esse novo contexto, o sindicalismo se reformula, assim como uma nova diversidade de movimentos sociais urbanos e rurais.

Importante também enfatizar sobre trajetória dos movimentos sindicais no Brasil, assim como o contexto histórico em que se expressam, devido a extrema relevância para luta operária.

> Desde a segunda metade do século XIX, o Brasil já tinha trabalho assalariado e formas variadas de organizações coletivas. É no período da República Velha (1889-1930) que temos a constituição não só do movimento operário, mas também da própria classe trabalhadora (MONTAÑO, DURIGUETTO, 2011, p.233).

O aspecto contribuinte se dá pela chegada dos imigrantes europeus no país no fim do século XIX e as influências positivas na formação e organização para as lutas, devido ao contato já estabelecido com as reivindicações operárias em seus países. Quando chegam,

depara-se com péssimas condições de trabalho e ausência de direitos mínimos, deste modo iniciam-se as articulações.

Dado a grande influência, os governos oligárquicos constituem leis de repressão às atividades político-sindicais, contudo, não inibem a crescente organização dos trabalhadores, especialmente para as greves que ocorreram em 1920.

A partir do século XX, impulsionado pelas mudanças sócio-históricas que se dão no âmbito dos movimentos sociais revolucionários, emerge o que ficou conhecido como, novos movimentos sociais.

Mediante as ondas de conflitos estabelecidas no ano de 1968 que se estruturaram em diversos países, com maior ênfase na França, o movimento estudantil evidencia-se como protagonista, juntamente com o movimento operário e é instaurado greves gerais que paralisam o país, abrangendo a todos os setores, mas só com a adesão da classe média que o governo ditatorial é derrubado, abrindo assim novos caminhos para os movimentos político- culturais.

> Elementos positivos dessas “novas” formas de contestação e de luta contribuem para revelar que as condições da reprodução do capital ultrapassam seu simples movimento econômico para se estender a totalidade das condições sociais de existência (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 266).

A consolidação desses novos movimentos sociais possibilita a instituição de novas pautas, uma vez que é identificada a necessidade do debate acerca de outros assuntos, até então não discutidos, ultrapassando assim, o campo econômico e estendendo-se a totalidade.

Assim, enfatiza-se pautas voltadas a questão de gênero, de raça, sexualidade, religião, etnia, ou até mesmo referente às condições de acesso aos bens de consumo coletivo, como moradia, saúde, educação, transporte, entre outros. Originam-se através das minorias sociais, ou seja, de grupos que não necessariamente são minoria estatística, mas sim que possuem menor influência social e política e sofrem opressão, como exemplo o movimento negro, LGBTI+, feminista, ecológico e outros. São movimentos apartidários e sem referência de classe.

## 2.1 Vertentes e epstemologias do feminismo

O movimento feminista, em si, se demonstra bastante plural, e por isso, é importante discutir e compreender as diferenças entre suas vertentes[5] e epistemologias[6]. Perceba que, hoje, meio século depois de sua ascensão no Brasil, o feminismo se amplificou e se dissociou em vertentes, sendo que cada vertente possui uma perspectiva sobre a

5 Vertente é uma das formas encontradas para caracterizar e/ou classificar diferentes posições em relação às demais, neste caso especificamente, a vertente caracteriza e classifica os feminismos existentes, onde cada vertente avaliará a origem da opressão de gênero, machismo, violências de gênero, abordando, desta forma diferentes propostas mediante a prática do feminismo.

6 A epistemologia, por sua vez, se refere ao estudo crítico dos princípios, neste caso, o estudo crítico das características do feminismo. A epistemologia consiste na construção, ou ainda, reconstrução do conhecimento científico, ou seja, ela é a teoria do conhecimento, ou ainda, o estudo daquilo que se conhece.

origem da opressão da mulher e o que deve ser feito, enquanto práxis, para pôr fim a dada opressão. Estas vertentes não são compatíveis entre si, embora elas possam sim, contribuir em pautas imediatas e mais comuns como a luta contra violência doméstica, dos direitos reprodutivos, sexuais etc. Ainda assim, as concepções de realidade históricas e sociais dessas vertentes se subdividem.

As vertentes não são mais ou menos importantes do que as epistemologias, o que se é dito é sobre suas contribuições para o movimento, por isso, dentro destas vertentes existem os feminismos epistêmicos, que são perspectivas baseadas nas experiências de sujeitos políticos. Quando se fala, por exemplo, do feminismo interseccional, está se falando da junção dessas epistemologias e uma vertente. A vertente tem o papel de entonação teórica, política, de projeto societário, e de luta. A epistemologia corrobora através das experiências, conhecimentos e da prática, de modo que possibilita o enriquecimento teórico das vertentes. Os feminismos epistêmicos mais conhecidos são o feminismo negro, classista, transfeminismo, e entre outros. Sendo assim, pode-se ter o feminismo negro marxista ou transfeminismo marxista, pois deste modo, se identifica qual a situação concreta destas mulheres a partir e para o viés marxista. É possível observar, então, que existe a possibilidade de conexão entre vertentes e epistemologias, mas não existe a possibilidade de um excluir o outro.

A primeira diferença que se deve pontuar é que cada uma dessas vertentes tem avaliações discordantes sobre a concepção de Estado e Sociedade.

O feminismo liberal, por exemplo, corresponde e condiz ao capitalismo, de modo que este pode sim reconhecer desigualdades econômicas, mas em momento algum ele tentará mudar esta realidade, pelo contrário, este fará a mediação entre a luta feminista e o capitalismo, dando a entender que é possível um capitalismo humanizado e a conciliação de classes.

O radical, por sua vez, se põe enquanto um feminismo materialista, por conta das feministas materialistas francesas (hoje são as principais referências teóricas das feministas radicais) que foram uma das pioneiras na mobilização de movimentos feministas. Veja, apesar de ser materialista, ou seja, apesar de destacar o patriarcado como ferramenta essencial para a compreensão e superação da opressão de gênero, esta busca apenas uma mudança social e não uma transformação do modo de produção político e econômico, portanto, o feminismo radical se diferencia da vertente marxista, pois esta não é somente materialista, o feminismo marxista se baseia no materialismo histórico, e por vezes, se aproxima muito mais do feminismo liberal, por ser um feminismo excludente. O feminismo marxista, por sua vez, não considera apenas a desigualdade social entre homens e mulheres como o eixo central da opressão de gênero, este compreende que as questões econômicas, de propriedade privada, também têm um impacto muito grande na opressão de gênero, assim como as noções de produção e reprodução, o feminismo marxista não se limita a superar somente a noção social da opressão, este procura a superação da conjura

neoliberal capitalista.

A interseccionalidade, ou ainda, o feminismo interseccional de que tanto se fala hoje, não é uma vertente e sequer uma epistemologia, este é uma metodologia, ou seja, a interseccionalidade tem o papel de explicar as estruturas de opressões, de trazer experiências, e de qual forma e onde se encaixam estes sujeitos. Apesar de orientar e integrar boa parte das epistemologias feministas, a interseccionalidade não nos direciona para o que se deve fazer com isso, ou seja, a interseccionalidade leva em conta raça, classe, gênero e sexualidade, mas não nos diz sobre a interação entre a luta contra as opressões de um projeto societário.

Nesse ponto, a interseccionalidade não supõe que exista uma estrutura de opressão mais determinante que a outra. A interseccionalidade surge justamente para trazer a questão da mulher negra, e também das mulheres transsexuais, para confrontar as suposições já existentes dentro do feminismo, por isso, inúmeras mulheres negras e/ou transsexuais se determinam feministas interseccionais. Apesar de ligado ao feminismo marxista, existe a possibilidade de se considerar as opressões de raça, classe, sexualidade e gênero e não ter um posicionamento anticapitalista. Quem oferta essa possibilidade é o feminismo liberal, que individualiza essas questões e se apropria da interseccionalidade, de forma que conversam com as opressões de raça, sexualidade e gênero, mas negociam a classe através da promoção da possibilidade de existência de um capitalismo humanizado. É onde as pautas identitárias se fazem presentes.

> Identidade é um fenômeno real: ela corresponde ao modo como o Estado nos divide em indivíduos, e ao modo como formamos nossa individualidade em resposta a uma ampla gama de relações sociais. Ela é, no entanto, uma abstração. Uma abstração que não nos diz nada sobre as relações sociais específicas que a constituíram (HAIDER, 2019, p. 35)

O que acontece, no entanto, é que o sistema de produção capitalista coopta as pautas sociais, e as transforma em estimuladores de consumo e, consequentemente, de poder, pois, uma identidade desconectada das estruturas e do cotidiano torna-se uma identidade conservadora, mesmo que não se perceba, de maneira que servirá os propósitos do capitalismo. Ou seja, a política identitária tem função de divisor social, ao passo que contribui para a manutenção do capitalismo.

> Assim, por mais que existam versões liberais de política inclusiva, principalmente em como incentiva uma cultura de consumo individual ao seu redor de um suposto empoderamento LGBTQIA+, feminista e racial, não significa que o capitalismo em si é capaz de ser inclusivo. Afinal, um sistema que se baseia na exploração apenas se engaja em seletividade tática para garantir nichos de consumo e aceitação (FERNANDES, 2020, p. 91).

O feminismo marxista, no entanto, compreende a estrutura econômica como determinante – e não determinista –, e normalmente é associado a interseccionalidade de maneira que se é possível analisar as estruturas de opressão através do materialismo

histórico- dialético. Enquanto vertente esta compreende as opressões de acordo com a estruturação econômica.

O movimento feminista assim como qualquer outro movimento é carregado por uma bagagem histórica que dá a quem nele está inserido aspectos para que o objetivo no qual esse coletivo está lutando nunca perca sua essência. Sua importância está principalmente em oferecer a princípio as mulheres um espaço de luta, resistência, liberdade, autonomia e o principal de serem elas mesmas de serem mulheres.

Desde o início do século XIX, uma das palavras de ordem o movimento feminismo é a autonomia, no sentido mais liberal da palavra. O liberalismo político se relaciona facilmente com o discurso feminista visto, principalmente, nos veículos de mídia (televisões, revistas e redes sociais) já que desde o início do movimento feminista, também conhecida como "primeira onda do feminismo", este incorporou boa parte de seus conceitos.

Inicialmente, as reinvindicações do movimento feminista liberal baseavam-se nos direitos individuais, como o aborto, liberdade sexual, trabalho e das relações sociais sem a interferência estatal, e óbvio, não estamos aqui dizendo que essas reinvindicações não fazem sentindo, ou que não devessem ser atendidas, o que queremos chamar atenção é que, apesar das relevantes reinvindicações, estas não fazem por si, um recorte de classe e de raça, e não questionam o que, de fato, gera todas essas contradições. O feminismo liberal, por si, separa a sociedade civil do Estado, assim como faz a teoria política liberal. A sociedade é vista então como um espaço para expressar-se, de maneira individual, e o Estado estaria restrito à esfera pública, sem interferências à vida particular. No entanto, ao menos no Brasil, a Lei Maria da Penha[7] e a Lei contra o feminicídio[8] desafiaria essa dinâmica público-privado, que, quanto mais expressa a concepção abstrata de igualdade, ou seja, quanto mais expressa-se a igualdade material, maior é cisão entre o público e o privado.

Ao passo que sua teoria compreende que deva existir essa cisão entre público-privado, segundo Cinzia Aruzza (2010) o emergente feminismo liberal girava, habitualmente, em torno de dois eixos principais: a exigência de acesso à educação e à cultura, que se fazia acompanhar por vezes de reivindicações relativas à possibilidade de afirmação profissional das mulheres e à reinvindicação dos direitos civis e políticos, em primeiro lugar o direito à propriedade e a herança, ao divórcio e ao voto.

O patriarcado e o liberalismo, ou ainda, o capitalismo neoliberal está intrínseco um ao outro, uma vez que o capitalismo se utiliza do patriarcado para atenuar as expressões sociais relacionadas à questão de gênero. As sufragistas do século XIX confrontam a ideia de que as mulheres devam ocupar os espaços para além da esfera privada, mas, não questionaram a divisão sexual do trabalho. A sociedade civil não compreende o ambiente doméstico como parte da esfera privada ou pública, no entanto, ainda assim, o espaço

7 "Lei Maria da Penha." Lei N.°11.340 de 7 de agosto de 2006.
8 "Lei do feminicídio." Lei Nº 13.104 de 09 de março de 2015.

familiar e doméstico, onde se reproduzem as identidades de gênero, não é parte da discussão do movimento feminista liberal, e ainda assim, este é um ambiente visto como somente feminino, e por isso, desvalorizado.

Assim, para compreender a divisão social e sexual do trabalho e o patriarcado, se deve investigar os fundamentos do contrato social, que é fundante nas sociedades, pois é a partir deste que as sociedades irão estabelecer seus direitos e deveres no que se refere à igualdade e liberdade, e também sua moral. Ao pensar as características do "ser humano" ou de cidadão, parte-se de uma perspectiva masculina. Baseando-se no contrato social, o direito masculino se sobrepõe ao da mulher, tendo em vista que, os atributos de igualdade e liberdade não são atributos universais quando se diz respeito ao gênero. Essa é a característica principal do patriarcado.

O patriarcado não se faz presente em todas as esferas sociais. No que se diz respeito aos trabalhos domésticos, as mulheres de classe média eram responsáveis pela educação e afeto, para além de claro, servir sexualmente seu parceiro. Na Roma Antiga, por exemplo, o patriarca tinha em suas mãos o poder de decidir se a mulher – e seus filhos também – viveriam ou morreriam. Hoje, as porcentagens sobre feminicídio mostram que não houve tantos avanços nesse sentido.

> Por "dominação" compreenderemos então, aqui, uma situação de fato, em que uma vontade manifesta ("mandado") do "dominador" ou dos "dominadores" quer influenciar as ações de outras pessoas (do "dominado" ou dos "dominados") e de fato as influências de tal modo que estas ações, num grau socialmente relevante se realizam como se os dominados tivessem feito do próprio conteúdo do mandado a máxima de suas ações (obediência) (WEBER, 1991, p.190).

Weber (1991) se refere ao vínculo que o patriarca estabelece entre sua família e seus servos, que tem como função mantê-los e dominá-los enquanto propriedades privadas, podendo desfazer-se de tal bem a qualquer momento, pois a transferência de dominação acontecia com frequência se o patriarca morresse ou quisesse fazer a troca de sua esposa e/ou servos.

Dito isso, a compreensão histórica do papel feminino se refere à manutenção dos estereótipos que se expressam de forma estrutural em nossa sociedade e contribuem para o posicionamento subalterno. O papel social feminino está atrelado ao que é apreendido desde a infância, pelas vivências e pelo o que as instituições estabelecem, ou seja, é uma construção social. Num campo mais generalizado, o Movimento Feminista luta pelo fim desse ideário, em busca de igualdade de gênero, autonomia social, legislações igualitárias, pelo fim objetificação do corpo feminino e do assédio em diversos meios sociais, entre outros aspectos. O feminismo já se manifestava ao longo da história, existiam mulheres que pagaram e pagariam com sua vida por serem mulheres. Mas a primeira grande "onda"[9]

9 Uma "onda" feminista, se refere a um momento histórico relevante de efervescência militante e acadêmica onde determinadas pautas e questões das mulheres se insurgiram, dominaram o debate e influenciaram os repertórios de ação e interação do movimento.

feminista acontece no final do século XIX início do século XX, denominado na época movimento sufragista, movimento esse político, econômico e social, que no início tinha o objetivo de dar às mulheres o direito ao voto.

> A primeira corrente do feminismo, designada de Primeira Onda, ou ainda, "feminismo liberal" surge juntamente a Revolução Francesa e reivindica a extensão dos direitos políticos às mulheres por meio de sua inclusão no campo da cidadania. A partir de então, a defesa dos direitos à educação e cultura tornam-se a maior bandeira de luta do feminismo. Ao longo do século XIX e primeira metade do século XX, a defesa dos direitos das mulheres passa pelo Movimento Sufragista, o acesso à educação pública, a preocupação com questões sociais ligadas à família (proteção à maternidade) e ao direito das mulheres trabalhadoras (HEILBORN, ARAÚJO & BARRETO, 2010, p. 106).

Reivindicava-se, então, de modo geral, o acesso à educação, ao trabalho salubre, a cidadania e ao direito de participação sociopolítica das mulheres, acontece que, essas reinvindicações eram feitas por e para mulheres brancas e burguesas, uma vez que, a mulheres da classe trabalhadora já estavam, há tempos, inseridas nos campos de trabalho fabris, e enquanto as mulheres burguesas lutavam pelo direito de trabalhar, as mulheres trabalhadoras ao compreenderem que, as desigualdades postas tinham sua raiz na divisão de classes e no capitalismo, lutavam por trabalho salubre e aumento salarial.

> Há muito mais evidências corroborando o fato de que as identidades de raça e classe criam diferenças – raramente superadas – em termos de qualidade de vida, ***status*** social, e que isso impera sobre todas as experiências comuns partilhadas pelas mulheres (HOOKS, 2019, p.31).

Ou seja, nesse momento, o movimento feminista ainda que não mais completamente, ainda era majoritariamente composto por mulheres, onde mulheres negras tinham sua participação suprimida e invisibilizada pelas feministas brancas e pequenas-burguesas, dito isso, o movimento feminista liberal não era um movimento inclusivo, pois este não abrangia de maneira justa as demandas que todas as mulheres – principalmente as mulheres indígenas, pretas e LGBTI+.

> A segunda corrente feminista, que eclodiu nos anos sessenta e setenta do século passado, pôs radicalmente em causa [...] o novo feminismo, que, afirmou-se e difundiu-se por todo o planeta na intersecção entre os movimentos estudantis e juvenis, o novo movimento operário, as lutas de libertação nacional, os movimentos antissegregacionistas, o ***Black Power,*** que tiveram em lugar em 1968 e ao longo das décadas de sessenta e setenta. [...] Embora também tenha correspondido ao momento de divórcio entre o feminismo e movimento operário (ARRUZZA, 2010, p. 53 e 54).

Já não cabia mais somente reclamar o direito a igualdade de participação política e econômica e a emancipação das mulheres, o movimento feminista tinha ganhado um espaço considerável nas lutas sociais, mas não havia sido o suficiente para estremecer a relação de poder entre os sexos. Por isso, era necessária uma contestação real dessas relações e da desconstrução dos modelos societários políticos, culturais, sociais estruturalmente

patriarcais.

A segunda corrente feminista é, então, marcada pela reinvindicação de uma nova reflexão sobre as relações de domínio sexual e das formas de opressão e violência as mulheres e do direito reprodutivo, reivindicando o aborto legal, seguro e gratuito. Para Cinzia Arruzza (2010) os outros dois elementos gerais foram: 1) a teorização de domínio entre os sexos como matriz de outras relações de domínio, opressão e exploração. Foi assim rejeitada, em geral, a ordem hierárquica das contradições que via em primeiro lugar a contradição de classe, seguindo-se a de gênero, a de raça, a de nacionalidade, etc. 2) A elaboração de uma teoria política que abordasse conjuntamente o plano pessoal e o político e que implicasse uma transformação imediata de si própria e das formas da própria existência e do relacionamento com as outras e com os outros.

Essa segunda corrente, ou onda, como quiser chamar, teve sua origem nos Estados Unidos nos anos sessenta – e consequentemente, se difundiu pela América Latina –, onde uma de suas maiores inspirações fora o movimento afro-americano, desse movimento, o feminismo extraiu alguns novos instrumentos conceituais, dentre eles, a descoberta da diferença como processo de afirmação e de diferenciação da própria identidade, a autodeterminação, a luta de libertação.

> As mulheres brancas que dominam o discurso feminista, que, em grande medida, fazem e articulam a teoria feminista, de um modo geral subestimam a supremacia branca como uma política racial, ignorando o impacto psicológico da situação de classe, bem como seu ***status*** político no interior da realidade capitalista, racista e sexista (HOOKS, 2019, p.30).

O movimento das mulheres negras surge, então, não com a intenção de romper com o patriarcado, mas também para combater o racismo estrutural, que se fazia e se faz bastante presente no movimento feminista liberal, este que, hoje, tem como maior – e talvez única pauta em discussão – a desigualdade no mercado de trabalho, questiona, superficialmente, a divisão sexual do trabalho, salários e a hierarquização de cargos entre homens e mulheres, no entanto, não colocam em perspectiva de exploração de classes, ou sequer põe em questionamento o modo de produção capitalista. A luta contra o patriarcado perpassa além do significado biológico e binário do que é “ser mulher”, significa ser anticapitalista.

Para o feminismo o patriarcado não representa somente a dominação através da história, este representa, por sua vez, um sistema de opressão que se reconfigura de acordo com o contexto histórico, facilitando a apropriação deste pelos novos modos de produção conforme vão surgindo.

> O patriarcado, em presença de – na verdade enovelado com – classes sociais racismo, apresenta não apenas uma hierarquia entre as categorias de sexo, mas traz também, em seu bojo, uma contradição de interesse. Isto é, a preservação do status quo consulta os interesses dos homens, ao passo que transformações no sentido de igualdade social entre homens e mulheres

respondem às aspirações femininas (SAFFIOTI, 2015, p.113-114).

O patriarcado pode ser expresso de inúmeras formas.

> E é imprescindível o reforço permanente da dimensão histórica da dominação masculina para que se compreenda e se dimensione adequadamente o patriarcado (SAFFIOTI, 2015, p. 110).

Como já falado anteriormente o objetivo principal do movimento feminista é por fim, de maneira definitiva ao patriarcado, discriminação e a opressão.

> O movimento feminista pode pôr fim à guerra dos sexos. Pode transformar as relações de tal modo que a alienação, a competição e a desumanização que tanto afetam e definem as interações humanas venham a ser substituídas por sentimentos de intimidade, reciprocidade e companheirismo (HOOKS, 2019, p.68).

Dificilmente o movimento feminista liberal, e arrisca-se dizer que o radical também, serviria de fundamentação sólida para quaisquer relações de igualdade e liberdade. O movimento feminista liberal e o radical já foram, ao longo do tempo, denunciados enquanto falhos por pesquisadoras marxistas, que, ao descartarem enquanto fundantes de igualdade e liberdade da opressão de gênero, sugerem que se adote, dentro do movimento feminista uma perspectiva dialética, como sugere Angela Davis (2017)

> Devemos começar a criar um movimento de mulheres revolucionário e multirracial, que aborde com seriedade as principais questões que afetam as mulheres pobres e trabalhadoras. [...] desenvolver ainda mais os setores do movimento que estão se ocupando dos problemas que atingem as mulheres pobres e da classe trabalhadora, como empregos, equidade de salários, licença maternidade remunerada, creches com subvenção federal, abortos subsidiados e proteção contra esterilização forçada (DAVIS, 2017, p.18).

## 2.2 Uma alternativa anticapitalista

Como já vimos, o feminismo possui inúmeras vertentes e epistemologias teórico-políticas. No entanto, apesar de todas estas, compreende-se que o feminismo marxista, fundamentado numa perspectiva histórica, materialista e dialética é a alternativa anticapitalista mais viável a emancipação não somente da mulher, mas da classe trabalhadora como um todo. Compreender a teoria feminista é compreender as relações sociais e a divisão social e sexual do trabalho.

A perspectiva marxista emancipatória se distingue das demais epistemologias e vertentes, justamente por sua concepção emancipatória humana, para além dos limites do capitalismo. O debate sobre emancipação humana é a base de quaisquer obras marxistas e marxianas das quais podemos ler. Como já afirmado uma vez neste ensaio, as pautas identitárias, quando desvinculadas de uma perspectiva de classes, não são os suficientes para emancipar. O feminismo marxista, então, não se propõe a emancipar somente as mulheres, mas também os homens, visto que sua intenção emancipatória é radicalizar até

o ponto em que se construa, de maneira coletiva, um novo projeto societário, dessa vez, socialista.

Coincidentemente, o projeto ético-político do Serviço Social, assim como o feminismo emancipatório, se encontra na teoria revolucionária marxista, que busca repensar as relações sociais e seus conflitos e tem como pretensão a liberdade substantiva do ser social.

Sabe-se que, por serem dialéticas, as contradições das relações sociais são expressas a partir da questão social, que têm como um de seus pilares estruturantes a exploração relações sociais, de trabalho e de sexo – aqui estão inclusas sexualidade e identidade de gênero. Por isso, a intervenção, de forma coletiva, é imprescindível para a construção de um projeto emancipatório. Para construir um novo projeto societário faz-se necessário compreender o projeto societário do qual vivemos. Não é simples compreender o sistema de produção capitalismo, ou ainda, compreender o antagonismo das relações sociais. Isso não significa fragmentar as classes sociais, não, diferentemente do que dizem, a coletividade só pode ser construída a partir das subjetividades de cada trabalhador e trabalhadora, pois a classe trabalhadora, em si e por si, não é homogênea.

O materialismo histórico-dialético construído por Marx possibilita a compreensão e a análise crítica das relações sociais, e ao se relacionar ao feminismo, permite uma nova perspectiva político-social.

Engels em "A origem da família, da propriedade e do Estado" (1884) é um dos primeiros autores a retirarem as relações de gênero somente da perspectiva biológica e trouxe o debate das desigualdades entre homens e mulheres para o debate filosófico e político. A partir disso, Engels relaciona a opressão de gênero, o papel do casamento, e da estrutura de classes, do controle sobre os corpos femininos, reprodução biológica diretamente com a produção dos bens e a propriedade privada e as relações de produção e reprodução a partir do materialismo-histórico.

O autor revolucionário argumenta que os primeiros seres humanos viveram em sociedades não hierárquicas, onde desta forma, não existira quaisquer formas de opressão, pois sabe-se que a emancipação da mulher não possui uma raiz somente econômica, portanto, como sugere Saffioti (1978), socializar os meios de produção e uma legislação não- discriminatória são essenciais, mas não são o suficientes para a completa emancipação da mulher, uma vez que é necessário, para além disso, a ideia de que a mulher é inferior ao homem enquanto ser humano.

Ao longo de seus escritos, Engels já apontam o processo de fetichização e coisificação da mulher através do casamento. A igualdade e a liberdade são incompatíveis com o capitalismo, mesmo a igualdade formal, ou seja, a igualdade jurídica, não é capaz de forjar a igualdade.

Por isso, o feminismo não pode se contentar em ser um movimento puramente identitário, uma vez que, a questão fundante para a opressão de gênero – e também sexual,

de raça e classe – é o capitalismo. Clara Zetkin, uma das primeiras feminista-socialista-revolucionária compreendia, assim como as mulheres operárias que a emancipação das mulheres não é uma questão individual, pelo contrário, compreende-se que, a emancipação da mulher se dará através da emancipação do trabalho. A emancipação da mulher virá da Revolução, aliás, esta é um dos pilares da Revolução. Por estar diretamente relacionada a Revolução, é imprescindível que a teoria materialista histórico-dialética esteja intrínseca ao movimento e a teoria feminista.

As apropriações feitas pelo capitalismo no que se diz respeito as lutas de classes – e aí, entende-se também, feminismo e luta racial – tem um papel importante ao fragmentar e enfraquecer os movimentos sociais ao passo que fortalece sua capacidade de exploração. Por isso, as relações de opressão não são um problema específico dos grupos oprimidos, ainda que estes sejam os mais afetados, é importante observar e analisar a heterogeneidade das classes, principalmente da classe trabalhadora, pois, somente ao compreender a subjetividade será possível traduzi-las a uma resistência unificada, pois estas são particularidades estruturantes das classes.

A partir disso, ressalta-se a importância do feminismo marxista, pois este nos oferece as ferramentas de análise críticas necessárias para compreender a totalidade das relações sociais de exploração.

## 3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O diálogo deste texto sugere que, apesar de avanços, ainda são muitos os desafios, uma vez que a opressão das mulheres não se coloca como um problema específico, ao contrário, ele está intrínseco à lógica capitalista, e por isso, a luta feminista deve partir também de uma perspectiva antirracista e anticapitalista. Tanto o racismo quanto o patriarcado são estruturas engendradas ao modo de produção capitalista, que, de maneira didática, se espalham para os campos da cultura, educação e da ideologia, e, portanto, não estão isoladas uma das outras, são problemas estruturantes e que sustentam o modo de produção capitalista.

Defendemos o feminismo marxista como uma alternativa anticapitalista justamente porque está diretamente relacionada ao método de análise materialista histórico-dialético de Marx. A defesa de um feminismo marxista é pertinente ao momento em que vivemos, onde o projeto neoliberal capitalista se movimenta para enfraquecer e fragmentar os movimentos sociais, e consequentemente, a luta de classes, pois o projeto neoliberal é um projeto de desmonte de políticas públicas, e, além disso, é um projeto de necropolítica[10]. As classes, como vimos, não são homogêneas, pelo contrário, são inúmeras subjetividades que devem

10 O termo "necropolítica" fora um conceito introduzido pelo professor camaronense Achille Mbembe, que se refere às políticas de Estado que desenvolve sua política de segurança, saúde, educação e as demais políticas públicas direcionadas para as populações mais pobres, onde o aparelho estatal "escolhe" implicitamente quem vive e morre através da negação da humanidade e dos direitos essenciais, especificamente direcionadas a população negra, maioria dos moradores dos territórios periféricos

ser reconhecidas sem que se perca a coletividade em prol da emancipação humana.

> Marx teorizou de forma memorável a classe trabalhadora como "classe universal". O que ele quis dizer foi que, ao lutar para superar a própria exploração e a própria dominação, a classe trabalhadora também estava desafiando o sistema social que oprime a esmagadora maioria da população do mundo e com isso, fazendo avançar a causa da humanidade como tal. Seguidores e seguidoras de Marx, porém, nem sempre compreenderam que nem a classe trabalhadora nem a humanidade são uma entidade indiferenciada, homogênea, e que a universidade não pode ser alcançada ignorando-se suas diferenças internas (ARRUZZA et al., 2019, p. 103).

Sendo assim, entendemos que a relação entre marxismo e o movimento feminista é primordial para o enfrentamento da questão social, pois, dentre todas as vertentes e epistemologias da teoria feminista, o feminismo marxista é o único que evidencia possuir com maior contundência e afinco o compromisso com a emancipação humana contra todas as formas de exploração. Trata-se por fim, da necessidade e urgência de contraposição, de uma luta contra hegemônica, aliás, é na luta que a gente se encontra.

## REFERÊNCIAS

ARRUZZA, C.; BHATTACHARYA, T. e FRASER, N. **Feminismo para os 99%: um manifesto.** Ed Boitempo, São Paulo, 2019

________. **Feminismo e Marxismo:** entre casamentos e divórcios. Edições Combate; Edição 2ª (2010).

________.**Considerações sobre gênero:** reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. Revista outubro, n. 23, 2015, p. 48

BRASIL. Constituição Federal de 1988.

________. **Lei Maria da Penha.** Lei N.°11.340 de 7 de agosto de 2006.

________. **Lei do feminicídio.** Lei Nº 13.104 de 09 de março de 2015.

BEHRING, E. R & BOSCHETTI, I. **Biblioteca Básica Serviço Social:** Política Social, Fundamentos e História. 6. ed. - p. 47-71/147-184. São Paulo: Cortez, 2009.

CISNE, M. **MARXISMO:** uma teoria indispensável à luta feminista**.** In. 4º Colóquio Marx e Engels, 2005, Campinas – SP.

DAVIS, A. Y. **Mulheres, Cultura e Política.** Ed.1ª. São Paulo: Boitempo, 2017.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado.** Tradução de Leandro Konder. In: Obras escolhidas, v. 3 SP; Ed. Alfa-Omega.

FERNANDES, Sabrina. **Se quiser mudar o mundo:** um guia para quem se importa – São Paulo: Planeta, 2020.

GONZALEZ, L. **Por um feminismo Afro-Latino-Americano.** In: *Revista Isis Internacional. Vol.* 9 - p. 133-141. Santiago, 1988.

________. **Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira.** In: *Revista Ciências Sociais Hoje.* - p. 223-244. Anpocs, 1984.

HAIDER, Asad**. Armadilha da identidade:** raça e classe nos dias de hoje. – Tradução de Leo Vinicius Liberato. Prefácio, Silvio de Almeida – SP: Veneta, 2019.

HEILBORN, M. L., ARAÚJO L., BARRETO, A.**Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça.** GPP – GER: módulo II. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2010.

HOOKS, B. **Teoria Feminista da Margem ao Centro.** Tradução: Rainer Patriota. - p. 30-69. São Paulo, 2019.

MARX, K. & ENGELS, F. **A Ideologia Alemã (1845-1846).** São Paulo: Boitempo, 2007.

MONTAÑO, C.; DURIGUETTO, M. L. **Biblioteca Básica Serviço Social:** Estado, Classe e Movimentos Sociais. 3º ed. - São Paulo: Cortez, 2011.

SAFFIOTI, H. **Gênero, Patriarcado e Violência -** 2.ed. - São Paulo: Expressão Popular. Fundação Perseu Abramo, 2015.

________. **A Mulher na Sociedade de Classes:** mito e realidade. – V. 4. Petrópolis: Vozes, 1978.

SARTI, C. A **O início do feminismo sob a ditadura no Brasil:** o que ficou escondido. XXI Congresso Internacional da LASA Chicago, 24-26 de setembro de 1998.

WEBER, M. **Economia e sociedade**. Vol. 2: Fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: Ed. UnB, São Paulo, 1999.

CAPÍTULO 3

# PROJETOS DE INTERVENÇÃO NO CONTEXTO DA SAÚDE PÚBLICA: CONTRIBUIÇÕES PARA O DEBATE DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

*Data de aceite: 03/04/2023*

**Soraya Araújo Uchoa Cavalcanti**
Doutora em Serviço Social pela UFPE
Hospital Universitário Oswaldo Cruz
Universidade de Pernambuco
Coordenadenação Programa de Extensão Saberes e Práticas no SUS: Discutindo Promoção da Saúde
http://lattes.cnpq.br/1380971114323937
https://orcid.org/0000-0003-0172-3801

**Renata Alves Cesar Fernandes**
Doutoranda em Serviço Social pela UFPE
Hospital Universitário Oswaldo Cruz
Universidade de Pernambuco
Coordenação Programa de Extensão Saberes e Práticas no SUS: Discutindo Promoção da Saúde
http://lattes.cnpq.br/7358091445329606
https://orcid.org/0000-0003-4478-812X

**RESUMO:** Este artigo tem por objetivo socializar o processo vivenciado na formulação, desenvolvimento e reflexões vinculadas à proposta de formação em *projetos de intervenção no contexto da saúde pública*. Essa formação é produto das reflexões das atividades que tiveram início em 2016 e resultaram no *Programa de Extensão Saberes e Práticas no SUS: Discutindo Promoção da Saúde* em atividade. Inicialmente como parte da orientação dos extensionistas com vistas ao desenvolvimento das atividades e posteriormente como estratégia de ensino-aprendizagem de forma transversal às diversas atividades integrantes do programa de extensão. E finalmente culminando no processo de elaboração e desenvolvimento na formação em *projetos de intervenção no contexto da saúde pública*, desenvolvida entre os meses de outubro e novembro de 2021.

**PALAVRAS-CHAVE**: Formação de recursos humanos, Extensão, Sistema Único de Saúde.

## PROYECTOS DE INTERVENCIÓN EN EL CONTEXTO DE LA SALUD PÚBLICA: APORTES AL DEBATE SOBRE LA EXTENSIÓN UNIVERSITARIA

**RESUMEN:** Este articulo tiene como objetivo socializar el proceso vivido en la formulación, desarrollo y reflexiones vinculadas a la propuesta de formación en proyectos de intervención en el contexto de la salud pública. Esta formación es producto de reflexiones sobre actividades que comenzaron en 2016 y resultaron en el Programa de Extensión de Conocimientos y

Prácticas en el SUS: Discutiendo la Promoción de la Salud en acción. Inicialmente como parte de la orientación de los extensionistas con miras al desarrollo de actividades y posteriormente como estrategia de enseñanza-aprendizaje transversal a las diversas actividades que forman parte del programa extensionista. Y finalmente culminando con el proceso de elaboración y desarrollo en formación en proyectos de intervención en el contexto de la salud pública, desarrollado entre los meses de octubre y noviembre de 2021.
**PALABRAS CLAVE:** Formación de recursos humanos, Extensión, Sistema Único de Salud.

## INTERVENTION PROJECTS IN THE CONTEXT OF PUBLIC HEALTH: CONTRIBUTIONS TO THE UNIVERSITY EXTENSION DEBATE

**ABSTRACT:** This article aims to socialize the process experienced in the formulation, development and reflections linked to the proposal of training in intervention projects in the context of public health. This training is the product of reflections on activities that began in 2016 and resulted in the Knowledge and Practices Extension Program in the SUS: Discussing Health Promotion in action. Initially as part of the orientation of the extension workers with a view to the development of activities and posteriorly as a teaching-learning strategy transversal to the various activities that are part of the extension program. And finally culminating in the process of elaboration and development in training in intervention projects in the context of public health, developed between the months of October and November 2021.
**KEYWORDS:** Training of human resources, Extension, Unified Health System.

## INTRODUÇÃO

As reflexões deste trabalho remontam à atuação junto aos Residentes em Saúde à frente da *Residência Multiprofissional na Rede de Atenção Psicossocial* na Secretaria de Saúde do Recife, experiência que posteriormente foi levada para a atuação junto aos discentes extensionistas das atividades que compõem o *Programa de Extensão Saberes e Práticas no SUS: Discutindo Promoção da Saúde* no Hospital Universitário Oswaldo Cruz – HUOC da Universidade de Pernambuco – UPE, tendo sido aprovado via Edital do Programa de Fortalecimento Acadêmico – PFA/UPE nº 001/2021 e 001/2022.

Esse programa de extensão está vinculado à Divisão de Serviço Social do HUOC/UPE e neste sentido, é coordenado por Assistentes Sociais – Técnicos administrativos – deste setor, contando com a parceria do curso de Serviço Social da UPE. Em 2016 tais ações de extensão, surgiram enquanto devolutiva do processo de liberação para cursar o doutorado, a devolutiva, para além de atender uma norma jurídica da instituição, serviu ampliar as atividades de atuação desses profissionais no espaço sócio ocupacional vinculado.

Dessa forma, tais ações de extensão oportunizaram o desenvolvimento de atividades para além da assistência em saúde, articulando-se ao ensino, pesquisa e extensão no contexto universitário com foco na discussão da política de saúde e formação de recursos humanos para o Sistema Único de Saúde – SUS, com vistas à melhoria da qualidade dos

serviços prestados à população usuária das políticas públicas.

No âmbito da UPE, a Resolução CONSUN nº 014/2019 estabelece para os Técnicos administrativos (profissionais de saúde) Nível Superior a utilização de até 20% da carga horária para atividades de ensino em unidades de Educação podendo participar de atividades de pesquisa e extensão com presença de discentes da UPE – não estabelecendo carga horária mínima ou máxima para a realização da extensão universitária.

Como sistemática da UPE cada ação extensionista precisa ser formalizada – através de Editais de Extensão em vigência – para em seguida desenvolvida; e ao final do processo enviado Relatório da atividade. Os resultados são apresentados durante a Semana Universitária UPE, evento anual.

De 2016 a 2020, os resultados das atividades de extensão vinculadas ao programa de extensão em foco, eram apresentados através em eventos científicos, tais como: Semana Universitária UPE e posteriormente, Simpósio do Complexo Hospitalar da UPE, além de outros eventos similares.

Em 2021 acrescentou-se internamente a esse fluxo a sistematização das reflexões e resultados em formato de artigo científico, relato de experiências e/ou correlatos das atividades desenvolvidas, também apresentados em eventos científicos, respeitada às singularidades.

Na atualidade, o programa de extensão desenvolve atividades nas seguintes áreas temáticas: promoção da saúde, tabagismo e redução de danos; política de HIV/AIDS no Brasil; notificação e prevenção de violências; Serviço Social e políticas públicas; e saberes e práticas nas mídias. Dessa forma são desenvolvidos cursos, rodas de conversa, oficinas, ciclo de estudos e debates, encontros, dentre outros.

As atividades de extensão universitária que culminaram no programa de extensão tiveram início em 2016, à época enquanto projetos, cursos e atividades educativas em saúde. Naquele momento, as ações dos extensionistas consistiam em propor, elaborar uma proposta de intervenção, desenvolver e sistematizar suas atividades através de pequenos grupos de três a cinco pessoas, sistemática que permanece nos dias atuais.

Dessa forma, foi possível discutir a proposta de elaboração de projetos de intervenção no contexto da saúde pública junto aos extensionistas, trazendo assim singularidades às atividades destes à época. Tais ações nos impulsionaram a incluir essa metodologia de trabalho nas propostas dos cursos desenvolvidos. Assim, passou-se a adotar a proposta como parte integrante dos cursos vinculados aos projetos e posteriormente do programa de extensão.

Neste contexto, Cavalcanti (2021a) e Fernandes *et al* (2021) discutiram duas das formações que utilizaram a estratégia de elaboração e execução de projetos de intervenção: *Promoção da Saúde, Tabagismo e Redução de Danos no SUS*, com cinco turmas realizadas entre 2016 e 2021 & *Formação em violência e saúde pública: desafios e enfrentamentos para profissionais de saúde*, com duas turmas realizadas entre 2019 e 2021.

Ao longo de 2016 e 2022 foram desenvolvidos 12 (doze) cursos que utilizaram a estratégia de elaboração, execução e sistematização dos resultados projetos de intervenção propostos pelos participantes. Durante esse período os integrantes do *Programa de Extensão Saberes e Práticas no SUS: Discutindo Promoção da Saúde* publicaram 34 (trinta e quatro) resumos em anais de eventos científicos.

Entre 2021 e 2022 foram publicados: 01 (um) livro aprovado em Edital da Editora Universitária de Pernambuco – EDUPE; 03 (três) artigos em periódicos; 07 (sete) artigos em formato de capítulos de livros, produções decorrentes das experiências vivenciadas, bem como produções de apoio às formações ofertadas, pelos extensionistas acerca das temáticas trabalhadas.

As reflexões provenientes dessas experiências deram início à proposição de formação para discentes, residentes e profissionais na área de saúde pública intitulada *Projetos de Intervenção no contexto da Saúde Pública*, curso de extensão aprovado via Edital de Fluxo Contínuo de Extensão nº 002/2021 da UPE. O curso contou com 20h de carga horária sendo desenvolvido no período de outubro e novembro de 2021 no formato online, no horário noturno, com atividades síncronas e assíncronas.

Este trabalho tem por objetivos apresentar a experiência vivenciada na formulação, desenvolvimento e reflexões vinculadas à experiência de trabalho com projetos de intervenção no contexto da saúde pública.

## DESENVOLVIMENTO

O planejamento é uma atividade comum ao ser humano que vai desde a elaboração de uma lista de compras e/ou afazeres ao planejamento elaborado de forma consubstanciada à literatura disponível. É bastante diversificado o número de profissões que fazem uso de ferramentas e estratégias de planejamento para pensar, executar e avaliar suas ações.

Bertollo (2016: 337) afirma que

> o planejamento constitui-se em um ato técnico e político. Técnico porque pressupõe a racionalidade das ações ponderando uma série de condicionantes, dentre eles: prazos e recursos existentes. Político porque se inscreve no contexto de tomada de decisões onde a correlação de forças e de interesses distintos evidenciam-se entre os sujeitos (...) a tomada de decisão e a operacionalização das ações podem se dar orientadas pela perspectiva de priorização de interesses individuais ou pelo reconhecimento e defesa de interesses coletivos.

É nesse contexto que se insere a proposta de aprendizagem através da formulação de projetos de intervenção no contexto da saúde pública, objetivando o desenvolvimento de competências para a formação de recursos humanos para o SUS.

Concordamos com Xavier et al (2018: 286) quando aponta que "o estímulo à realização de pesquisas e intervenções, pode instituir um processo sistemático de

acompanhamento, monitoramento e avaliação como parte do cotidiano do trabalho, contribuindo para a construção ativa e reflexiva da instituição". Dessa forma, proporcionar aproximações teórico-metodológicas com as temáticas de planejamento em saúde, bem como com as ferramentas necessárias para a elaboração de projetos de intervenção sugere ser uma estratégia viável para o componente da extensão universitária.

Ainda de acordo com essa autora (Idem: 287)

> as discussões acerca dos pressupostos teórico-metodológicos que deram origem ao PI [projeto de intervenção], por outro lado, remontam à área do planejamento em saúde e à pesquisa-ação, caracterizando-o como instrumento de elevada complexidade, que se apresenta simultaneamente como ferramenta de gestão e método científico. Nessa perspectiva, envolve técnica, mas é atravessado sobretudo pelo conjunto das relações sociais e políticas constituintes de um dado contexto.

Essa autora sugere os seguintes elementos como constituinte de um projeto de intervenção: introdução; objetivo geral e específico; referencial teórico; metodologia; cronograma de execução; orçamento; análise de viabilidade; indicadores de avaliação; resultados esperados (XAVIER *et al* 2018).

Mota (2014: 702) ao discutir a direção política da atuação do Assistente Social defende que "é necessário assumir o desafio de responder cotidianamente à questão: quais aspectos da produção e reprodução da realidade foram ou poderiam ser tensionados pela ação do Serviço Social?" Isso só é possível mediante análise crítica da realidade, consubstanciada no arcabouço teórico metodológico da profissão e normativas profissionais.

O Conselho Federal de Serviço Social – CFESS (2010) ao discutir os parâmetros de atuação dos Assistentes Sociais na política de saúde caracteriza as principais atividades desenvolvidas: atendimento direto ao usuário – ações socioassistenciais, ações de articulação com a equipe de saúde –; mobilização, participação e controle social; investigação, planejamento e gestão; assessoria, qualificação e formação profissional.

É neste contexto, que se inserem as atividades de extensão universitária coordenadas pelos Assistentes Sociais do HUOC/UPE, iniciadas no ano de 2016 através dos projetos de extensão '*Pode Respirar!*' e '*Sala de Espera*' e no ano seguinte através do projeto '*Rede Interna*', contando com atividades no formato interdisciplinar envolvendo discentes de Graduação, Residentes em saúde e profissionais de distintas áreas profissionais.

Atualmente, o programa de extensão conta com discentes de graduação oriundos dos cursos de Enfermagem, Serviço Social, Saúde Coletiva; pós graduação – especialização, residência e mestrado – oriundos dos cursos de Serviço Social, Enfermagem, Saúde Coletiva e Biomedicina.

A metodologia utilizada nas atividades integrantes do Programa de Extensão *Saberes e Práticas no SUS: Discutindo Promoção da Saúd*e baseia-se na Educação em Saúde, Educação Permanente em Saúde e de aproximações com a metodologias ativas de ensino. Busca ampliar a participação dos discentes e Residentes extensionistas na

formulação dos conteúdos, materiais utilizados e atividades formativas mediante pactuação e acompanhamento através das orientações.

Neste sentido, os extensionistas sistematizam conteúdos e participam ativamente da estruturação e facilitação das atividades, acompanhados de orientador do programa de extensão. Assim, estrutura-se o acompanhamento dos discentes extensionistas através dos seguintes passos: reuniões de planejamento e orientação que antecedem a realização de uma atividade desenvolvimento da atividade; reuniões de avaliação para orientação, avaliação ajustes e planejamento dos próximos passos.

É incentivado que ao longo do percurso do extensionista nas atividades integrantes do programa de extensão seja elaborada uma proposta de intervenção a partir das linhas temáticas de interesse, realidade regional e referencial teórico subjacente. Assim, ampliou-se ações, alcance e resultados, a participação efetiva dos extensionistas e ressignifica o processo de ensino-aprendizagem subjacente.

É neste contexto, que a formação em *projetos de intervenção no contexto da saúde pública* foi pensada enquanto estratégia de aproximar extensionistas e profissionais de saúde com a temática do planejamento e especificamente da proposta de projetos de intervenção. A primeira turma foi desenvolvida entre outubro e novembro de 2021, em formato online. A formação contou com a participação de profissionais de saúde e outras políticas setoriais.

Nos termos de Xavier et al (2016: 294)

> problemas e necessidades identificadas pelos trabalhadores em seus contextos de ação aproximam a formação da realidade do trabalho em saúde e das reivindicações dos usuários dos serviços de saúde, reiterando a importante e intrínseca relação entre prática e teoria.

Assim, foram elaboradas propostas que atendiam a demanda dos profissionais inseridos nas políticas setoriais especialmente a de saúde pública.

A formação teve por objetivos: conhecer os princípios do planejamento em saúde e aplicabilidade no cotidiano dos serviços; discutir os aspectos envolvidos no processo de elaboração de projetos de intervenção; incentivar a troca de experiências e saberes entre os participantes da formação; contribuir com a elaboração de projetos de intervenção nos respectivos espaços profissionais dos participantes.

O conteúdo programático constou das seguintes temáticas: planejamento em Saúde; projeto de Intervenção no Contexto da Saúde Pública; elaborando um Projeto de Intervenção; socialização dos Projetos de Intervenção dos participantes. A proposta foi consubstanciada nos seguintes autores Bertollo (2016); Cavalcanti (2021a); Cavalcanti (2021b); Cavalcanti *et al* (2021); CFESS (2010); Fernandes *et al* (2021); e Xaveir *et al* (2018).

Para além da leitura e discussão dos textos, os participantes da formação trouxeram as vivências e inquietações presentes no cotidiano profissional, apresentando propostas

e partilhando estratégias de ação. Dessa forma foi possível a partilha de saberes entre os diversos atores – profissionais, discentes e residentes. Partindo dessa sistemática foi possível imprimir aos conteúdos trabalhos as singularidades trazidas pelos participantes.

Foram utilizadas as seguintes estratégias de acompanhamento na formação em *projetos de intervenção no contexto da saúde pública*: atas de frequência geradas a cada encontro, por meio de preenchimento online disponibilizado durante o período da aula; desenvolvimento das atividades pelos participantes e postagem *no Google Sala de Aula* – repositório da formação; os encontros foram compostos de exposições dialogadas de conteúdos programáticos, problematização, a partir da discussão de casos, leitura e discussão de textos, dentre outros; a avaliação da formação consistiu em: participação nas discussões, avaliação do material postado no Google Sala de Aula.

Destaca-se que diferente do que ocorreu nas formações discutidas por Cavalcanti (2021a) e Fernandes *et al* (2021) a atual proposta formativa focou em fornecer os elementos constitutivos do planejamento em saúde e projetos de intervenção, não sendo o objetivo acompanhar a execução e sistematização dos resultados obtidos nestas intervenções, dada a limitação de carga horária vinculada no processo.

Oportuno registrar que o material vinculado ao processo formativo tem sido utilizado junto aos novos extensionistas integrantes do programa de extensão que ainda não tiveram oportunidade de participar do processo formativo, iniciando assim um novo ciclo no processo ensino-aprendizagem, desta forma espera-se contribuir com o planejamento e execução das atividades enriquecendo o processo de ensino aprendizagem e a formação de recursos humanos para o SUS.

## RESULTADOS

Na formação em *projetos de intervenção no contexto da saúde pública* se inscreveram 77 (setenta e sete) pessoas, destas 29 (vinte e nove pessoas participaram do curso. Durante a formação foram elaborados 05 (cinco) projetos de intervenção de forma articulada à realidade dos participantes com proposta de alcançar 230 (pessoas).

Os participantes, oriundos de distintas regiões do Brasil, tinham vinculação com serviços públicos, tais como: Unidade de Pronto Atendimento – UPA, Centro de Atenção Psicossocial – CAPS, maternidade, Unidade Básica de Saúde – UBS e outros. Como proposta elegeram temáticas dos respectivos espaços sócio ocupacionais relacionadas a processos de trabalho, distribuídas entre sistematização dos resultados desse trabalho e melhoria da qualidade dos serviços prestados à população.

É evidente a queda entre o número de inscritos e aqueles que de fato participaram do processo formativo, entretanto é inegável a demanda por discussões nessa temática tendo em vista que toda ação técnico operativa precisa ser planejada de modo a qualificar os serviços prestados à população usuária dos serviços de saúde.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As atividades de extensão universitária no contexto da saúde pública, tem se configurado enquanto espaço privilegiado de troca de saberes, qualificando o processo ensino aprendizagem em diferentes níveis, a participação ativa de discentes extensionistas e a sua interação dialógica com a sociedade tem sido um traço importante.

A formação de recursos humanos de forma comprometida com os princípios da reforma sanitária, defesa da saúde pública gratuita e de qualidade é por deveras tanto necessária quanto desafiadora. Necessária tendo em vista as constantes ameaças à coisa pública através do avanço do conservadorismo e ultraliberalismo. Neste sentido, fazer resistência não é uma tarefa solitária, pelo contrário é coletiva e é parte do processo formativo dos futuros profissionais de saúde. Desafiadora, pois, é nadar contra a corrente, quando os aparelhos do Estado caminham na direção do Estado mínimo, propor discussões que qualifiquem o debate na direção do Estado ampliado compara-se a participar de uma maratona quando não há condições para tal.

Dessa forma, reafirmamos que toda ação é política o que implica em uma intencionalidade subjacente, estabelecer uma relação direta com a formação critica de futuros profissionais de saúde, comprometidos com a melhoria da qualidade dos serviços prestados à população usuária dos serviços de saúde tem sido um movimento de contínuo aprendizado que se retroalimenta na medida em que a troca de saberes ocorre de forma compartilhada.

## REFERÊNCIAS

BERTOLLO, K.; Planejamento e Serviço Social: tensões e desafios no exercício profissional. Temporalis, Brasília (DF), ano 16, n. 31, jan/jun. 2016. Disponível em: **https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/11943** Acesso em: 30 Jan 2023.

CAVALCANTI, S. A. U. Promoção da Saúde. Tabagismo e Redução de Danos no SUS: A Experiência vinculada ao Projeto de Extensão Pode Respirar! Discutindo Promoção da Saúde no SUS/UPE. In: CAVALCANTI, S. A. U. (Org.) **A atuação do Assistente Social na Saúde: contribuições para o debate**, Ponta Grossa, Editora Atena, 2021a. Disponível em: https://www.atenaeditora.com.br/post-artigo/50283 Acesso em: 31 Jan 2023.

____ Política de Saúde no Brasil no contexto da contrarreforma do Estado: contribuições para o debate. In: CAVALCANTI, S. A. U. (Org.) **Serviço Social na América Latina: Reflexões sobre a Formação Profissional, produção do conhecimento e cotidiano nos serviço** . Ponta Grossa, Editora Atena, 2021b. Disponível em: **https://www.atenaeditora.com.br/post-artigo/58444** Acesso em: 31 Jan 2023.

CAVALCANTI, S. A. U.; FERNANDES, R. A. C.; ROCHA, S. N. R. Saberes e Práticas no SUS: contribuições para o debate da Extensão Universitária no contexto da Saúde Pública. In: CAVALCANTI, S. A. U. (Org.) **Políticas Sociais no Brasil: Reflexões sobre a pesquisa, ensino e cotidiano nos serviços**. Ponta Grossa, Editora Atena, 2021. Disponível em: https://www.atenaeditora.com.br/post-artigo/55771 Acesso em: 31 Jan 2023.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS. Parâmetros para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde. Brasília, CFESS, 2010. Disponível em: **http://www.cfess.org.br/arquivos/Parametros_para_a_Atuacao_de_Assistentes_Sociais_na_Saude.pdf** Acesso em: 02.Jan.2023

CAVALCANTI, S. A. U.; FERNANDES, R. A. C.; BARBOSA, C. V. O.; BARBOSA FILHO, E. A. A Experiência do Projeto de Extensão Rede Interna de atendimento às pessoas em situação de violência: contribuições no processo de desnaturalização da violência In: CAVALCANTI, S. A. U. (Org.) **A atuação do Assistente Social na Saúde: contribuições para o debate**, Ponta Grossa, Editora Atena, 2021. Disponível em: https://www.atenaeditora.com.br/post-artigo/50763 Acesso em: 31 Jan 2023.

MOTA, A. E. Espaços ocupacionais e dimensões políticas da prática do assistente social. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 120, p. 694-705, out./dez. 2014 Disponível em: **https://www.scielo.br/j/sssoc/a/gkDFx8PW5zwSCRRbDrhWwcv/?lang=pt** Acesso em: 06 Mar 2023.

XAVIER, S. da S.; SAMPAIO, C. T.; GOMES, A. L. V.; NASCIMENTO, R. de C. S.; ESPIRIDÃO, M. A. Projetos de Intervenção em Saúde: construindo um pensamento crítico. **Revista Divulgação em Saúde para debate**. Rio de Janeiro, N. 58, P. 285-295, JUL 2018. Disponível em: **https://cebes.org.br/residencias-e-saude-coletiva-reflexoes-experiencias-pesquisas-e-intervencoes-2/19843** Acesso em: 30 Jan 2023.

# CAPÍTULO 4

# A VOZ QUE VEM DAS RUAS: A LUTA E A RESISTÊNCIA DO MOVIMENTO NACIONAL DA POPULAÇÃO DE RUA (MNPR)

*Data de aceite: 03/04/2023*

**Luiz Fernando Felisberto Bueno**

**Tereza Cristina Pires Favaro**

Emprestado de Carlos Eduardo Taddeo: *A voz que vem das ruas (2018).*

**RESUMO**: O estudo bibliográfico à luz da teoria social crítica discute a ação do Movimento Nacional da População de Rua, a luta e resistência pelos seus direitos, visibilidade de suas pautas e enfrentamento do preconceito. Destaca que, em meio a uma sociedade marcada pela desigualdade social, as pessoas em situação de rua expressam uma das mais dramáticas manifestações da questão social.
**PALAVRAS-CHAVE**: População em situação de rua. Questão social. Exclusão. Direitos Sociais.

**ABSTRACT**: The study in the light of critical social theory discusses the action of the National Movement of the Street Population, the struggle and resistance for their rights, visibility of their agendas and confrontation of prejudice. It highlights that, in the midst of a society marked by social inequality, homeless people express one of the most dramatic manifestations of the social issue.
**KEYWORDS:** Homeless population. Social issues. Exclusion. Social rights.

## INTRODUÇÃO

Este estudo é produto de uma pesquisa – em andamento – de trabalho de conclusão de curso em Serviço Social, subsidiada por estudos bibliográficos desenvolvidos sobre a população em situação de rua, com recorte no Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) que possibilitou sucessivas aproximações com o real, em um contexto de aprofundamento da política neoliberal, de retrocessos dos padrões civilizatórios essenciais fundados nos princípios de direitos humanos. Considera-se este debate pertinente, porque visa a ampliar o conhecimento sobre o MNPR e aproximar-se de sua organização política, luta e resistência para encaminhar suas reivindicações junto ao Estado, na efetivação dos seus direitos e garantias fundamentais.

A pesquisa bibliográfica trata da

sociabilidade capitalista pautada na teoria de Marx e as referências de análise assumem as ordens da desigualdade, questão social, população em situação de rua, dentre outras. Os títulos fazem referência a trechos de músicas, reafirmando seu papel de resistência cultural, sobretudo, em tempos sombrios de banalização da vida social, de avanço do fascismo e do conservadorismo e de criminalização das lutas sociais.

## POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: A VIDA REALMENTE É DIFERENTE... AO VIVO, É MUITO PIOR[1]

Perambulando *daqui* para *acolá* no cotidiano das grandes e pequenas cidades, a população em situação de rua explica-se pelo processo excludente engendrado pelo capitalismo, um fenômeno associado ao conflito capital/trabalho, que vem de longe, ainda na revolução industrial do século XIX, atravessando múltiplas determinações. Ao longo dos anos, essa acumulação capitalista, sustentada pela degradação e exploração da mão de obra assalariada por meio da extração crescente da mais-valia, vem sendo intensificada neste tempo histórico de avanço do conservadorismo e de aprofundamento da política neoliberal, do que resulta o agravamento da desigualdade, da exclusão e da exponenciação da questão social, apreendida como

> Um conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privado, monopolizado por uma parte da sociedade (IAMAMOTO, 1998, p. 27).

Sob tais bases, as desigualdades sociais evidenciam a questão social diretamente associada à lei de acumulação capitalista, sedimentada na concentração de riqueza por meio do espraiamento da pobreza e do desemprego. E, como tal, a população em situação de rua é expressão dessa questão social, um fenômeno sócio histórico inerente à sociabilidade capitalista e que leva homens e mulheres, em número crescente, a viverem à margem de direitos básicos, como saúde, educação, trabalho, terra, moradia, renda, proteção social, dentre outros. E, como se não bastasse o processo de exclusão, de violência e violação dos direitos humanos imposto a essa população, ela ainda enfrenta a rejeição da sociedade, que se sente ameaçada e incomodada ao vê-la ocupando as ruas e as praças das cidades. O olhar da sociedade para essa população reproduz as relações sociais de dominação e, com base nisso, tende a responsabilizá-la por sua condição, sem levar em consideração os determinantes sociais que a levaram até esse agrupamento:

> [...]reiteramos que a situação de rua não é uma condição escolhida pelas pessoas que nela se encontram, muito pelo contrário, elas foram colocadas nessa condição. O modo de produção em que vivemos exige a existência de pessoas que não conseguirão inserção no mercado formal de trabalho. E

1 Emprestado de Antonio Carlos Belchior (1976), *Apenas um rapaz latino-americano.*

quanto mais o capitalismo se desenvolve, mais contradições e atrocidades ele carrega (TIENGO, 2018, p. 140).

Conforme Silva (2006), a recessão, as crises econômicas intensificam as desigualdades e as inseguranças entre a classe trabalhadora, contribuindo para o aumento do exército industrial de reserva, da pobreza e do desemprego, e parte desse exército é formado pela população em situação de rua, tida como supérflua e descartável para o capital. Marx nos ensina que "a acumulação capitalista produz constantemente uma população trabalhadora adicional relativamente supérflua" (MARX, 1984, p. 199), – ou seja, o exército industrial de reserva, vital para essa acumulação. E é isso, associado a outros condicionantes e fatores estruturais, que tem empurrado as pessoas a viverem em situação de rua, a se fragilizarem e romperem com os seus vínculos familiares: conflitos familiares, violência doméstica em suas várias formas, psicológica, física, etc., transtornos mentais, dependência química de substâncias psicoativas, uso predominante de álcool, preconceito quanto à orientação sexual, desemprego, ausência de moradia e outros mais.

Assim, a população em situação de rua é vista como fracassada, vagabunda, preguiçosa, incapaz, perigosa, louca, suja, coitada, "[...] o que contribui para legitimar a violência contra ela e servir de referência para sua identidade pessoal" (BRITO e SILVA, 2022, p. 152). Constituem, portanto, sujeitos que sofrem o estigma e estão à margem de tudo:

> [...] da dignidade, da cidadania, dos direitos, vivem na mais absoluta pobreza, miséria e exclusão social, enfrentando a desproteção do Estado em relação aos direitos fundamentais. As políticas existentes não contemplam as necessidades da população em situação de rua, não têm como inquietação erradicar a causa destas desigualdades, apenas administrá-la sem enfrentar as causas que reproduzem a desigualdade social. Neste sentido, no capitalismo contemporâneo, em face de precariedade dos investimentos públicos, as políticas sociais, de acesso universal e redistributivo são substituídas por políticas sociais focalizadas, privatistas, descentralizadas e compensatórias dos efeitos mais perversos da crise, não melhoram efetivamente a vida das pessoas em situação de rua, ao contrário prolonga sua permanência nas calçadas, praças, viadutos e marquises [*Sic*] (BUENO, 2022, p. 13).

Sucumbida à exclusão social, tal população é sempre estimada, pois, não é contabilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), órgão oficial do Brasil, cuja missão é subsidiar o país com informações que contribuam para o conhecimento da realidade nacional:

> A inexistência de dados oficiais sobre a população que vive em situação de rua nas cidades brasileiras, tendo em vista que historicamente o Censo do IBGE não considera pessoas sem domicílio em sua pesquisa, precariza a análise e o planejamento qualificado das políticas públicas voltadas para este grupo populacional. Assim, estas políticas são construídas, basicamente, com os dados de identificação do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (BRASIL, 2020).

Como visto, é desafiador quantificar o número de pessoas em situação de rua, visto que esse grupo populacional não é contabilizado sob o argumento de não terem referência domiciliar, elemento balizador das pesquisas realizadas pelo IBGE. O Censo é *condição sine qua non* para conhecer essa população, e subsidiar o planejamento de políticas públicas e construir uma rede de proteção social articulada para atender suas necessidades, que não se limitam a sopa e cobertor. Afinal, pensar a população em situação de rua à luz dos direitos humanos é reconhecê-la como detentora de direitos, portanto, deve sim, ser ouvida, no sentido de avançar na direção do atendimento de suas demandas e interesses.

E, na sequência, em razão de o IBGE não realizar essa contagem, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) estima que, no Brasil, a população em situação de rua atinge aproximadamente 221.869 mil brasileiros. Por conta disso, é imperioso que se ponha atenção pública a essa população, e empreendamos a discussão, o planejamento e a formulação de políticas públicas que deem conta de atender às suas necessidades. Se não, corre-se o risco de reproduzir a sua invisibilidade social (NATALINO, 2016).

O estudo do IPEA, "Estimativa da População em Situação de Rua no Brasil", utilizou dados de 2019 do Censo Anual do Sistema Único de Assistência Social (Censo Suas), que conta com informações das secretarias municipais e do Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) de responsabilidade do governo federal. Destaca-se a importância do CadÚnico e a possibilidade de inclusão da pessoa em situação de rua, embora sem um endereço de moradia padrão, ao acesso a benefícios assistenciais como o bolsa família e o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Retomando ao estudo do IPEA, foi constatado que a maioria dos moradores de rua (81,5%) está em municípios com mais de 100 mil habitantes, principalmente nas regiões Sudeste (56,2%), Nordeste (17,2%) e Sul (15,1%). Para o estudo, o tamanho do município e seu grau de urbanização e de pobreza estão associados ao número de pessoas morando nas ruas (2016).

Entre o vaivém, essa população, enfrenta a dureza das ruas e os desafios para acessar os direitos sociais conquistados na Constituição Federal de 1988, que firma um arcabouço jurídico de ampliação da proteção social e acesso a direitos sociais. Diante dessa realidade marcada pela lógica excludente do capital, é necessário salientar a luta e a resistência empreendida pela população em situação de rua "[...] Pop-rua não sonha porque não dorme, só cochila, um olho aberto, um olho fechado, e outro na nuca, mas a gente quer poder sonhar também" (RODRIGUES, 2019, *on-line*).

## "NÃO TEM OUTRA SAÍDA A NÃO SER A DA CORAGEM... LEVANTA E VAI À LUTA"[2]

Vem de longa data a luta da população em situação de rua por direitos. As primeiras

2 Emprestado de Gabriel, o pensador, *Fé na luta*. (2016).

inciativas de organização ocorreram na década de 1960, em algumas cidades brasileiras. Em décadas posteriores, com apoios de organizações sociais, as pessoas em situação de rua construíram mobilizações e manifestações por melhores condições de vida e em defesa de políticas públicas que assegurassem sua autonomia (MNPR, 2010).

Parcela dessa população trabalhava no recolhimento de material reciclável, iniciativa que, mais adiante, resultou em associações e cooperativas de catadores, organizadas no Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis. Entre os anos de 1990 e início dos anos 2000, diversas mobilizações ocorreram nas principais cidades brasileiras para chamar a atenção da sociedade e dos poderes públicos para a dura realidade da vida na rua, de extrema violência. Diferentes iniciativas foram propostas com a participação dessas pessoas em situação de rua, como fóruns de debate e manifestações públicas (SILVA, 2018).

Em 2004, a população em situação de rua de São Paulo e Belo Horizonte intensificou a sua organização política e consolidou o Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), também conhecido como Movimento Pop-rua. O Pop-rua é reconhecido como "[...] um espaço de fala e reconhecimento das pessoas em situação de rua enquanto interlocutores válidos no campo de disputas políticas e nas questões que se referem à vida em situação de rua" (MELO, 2015, p. 200, apud SICARI e ZANELLA, 2020, p. 1059).

Sobre o movimento, em entrevista ao site *Outras palavras*, o militante goiano Renato Ribeiro Sena (52), o Renatinho, destacou:

> Somos tão intelectuais quanto um Presidente da República! As pessoas pensam: esses maloqueiros são intelectuais, os caras conversam de igual pra igual. E a intelectualidade está representada aqui no Movimento: o mais bobo aqui *dá nó em pingo d´água*. Então, é muito importante mostrar o que é a rua, nossa posição política e mostrar que a rua é intelectual também e trata de igual pra igual (RODRIGUES, 2019) [3].

Os primeiros passos para a criação do Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR) deu-se após a barbárie da chacina da Praça da Sé em São Paulo – 19 de agosto de 2004 –, em que 15 pessoas em situação de rua foram agredidas (das quais 7 foram a óbito). Outros atos semelhantes ocorreram em vários pontos do país (MNPR, 2010). A chacina resultou em forte comoção, justamente por ocorrer em um momento em que essa população começava a se organizar. Rodrigues (2019, *on-line*) nos conta que, três dias depois do massacre, a Pastoral do Povo da Rua (SP), arregimentada pelo padre Júlio Lancellotti, junto com a Pop-rua, chamou um ato na escadaria da Catedral (da Sé) que reuniu quase cinco mil pessoas.

O Movimento Nacional de Rua foi lançado oficialmente em 2005, no 4º Festival Lixo e Cidadania, [4]quando as pessoas em situação de rua de Belo Horizonte mobilizaram

3 In: RODRIGUES, Rôney. Eles querem organizar a população de rua. Movimentos e Rebeldias. **Outras Palavras.**19/08/2019. Disponível em https://outraspalavras.net/movimentoserebeldias/eles-querem-organizar-a-populacao--de-rua/ Acesso em 17 mar 2022.

4 Belo Horizonte (MG), promovido pela Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis (Asmare), com a presença,

outros companheiros do Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia e Cuiabá. O movimento assumiu como bandeira de luta o resgate da cidadania: trabalho digno, moradia digna, atendimento à saúde e salário necessário ao sustento e estabeleceu os princípios orientadores da organização e da sua prática política: democracia, valorização do coletivo, solidariedade, ética, e trabalho de base.

A mobilização do MNPR foi decisiva para garantir, em 2008, uma representação no Conselho Nacional de Assistência Social, sendo o primeiro representante de movimento popular eleito (MNPR, 2010). As inúmeras articulações, organizações e lutas pelos direitos da população em situação de rua resultaram em conquistas importantes, algumas das quais listamos a seguir, a partir do próprio Movimento:

> A Pesquisa Nacional de contagem da população em situação de rua, realizada entre agosto de 2007 e março de 2008. O Decreto Presidencial nº 7053, de 2009, que instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua e o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional (CiampRua). O Projeto de Capacitação e Fortalecimento Institucional da População em Situação de Rua, parceria entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO e Instituto Pólis, em 2009/2010, que concretizou ações de capacitação de lideranças, seminários e fóruns. A estruturação do MNPR em várias cidades brasileiras e fortalecimento na capacidade de mobilização. A ocupação de espaços em importantes instâncias de participação e deliberação política, como Conferências e Conselhos da Saúde e Assistência Social (MNPR, 2010, p.30).

O Movimento está presente em 19 estados brasileiros, com coordenações nacionais na Bahia, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo, além do Distrito Federal. Destaca-se que a politização em torno da questão da população de rua se intensificou também por meio de congressos: "[...] I Congresso Nacional do MNPR foi realizado em 2012, em Salvador, Bahia; o segundo, em 2014, em Curitiba, Paraná; e o terceiro, em Belo Horizonte, Minas Gerais, em 2016" (SICARI e ZANELLA, 2020, p. 1064). Tais espaços se constituíram em ricas experiências de luta, fortalecimento e visibilidade do movimento e suas pautas. A população em situação de rua enfrenta, cotidianamente, a violação de seus direitos e a violência.

> Só no ano passado (2018) o Disque 100, o aplicativo Proteja Brasil e a Ouvidoria do Ministério de Direitos Humanos — transformado por Jair Bolsonaro em Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos — contabilizaram aproximadamente 900 denúncias relacionadas à Poprua. No balanço divulgado com os tipos de violência de janeiro a junho, destacam-se os números de negligência (76,1%), violência psicológica (21,7%), violência institucional (19,2%) e violência física (11,4%) (RODRIGUES, 2019, *on-line*).

Nota-se um processo perverso de higienismo social no entendimento de Darci

na abertura, do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O evento tratou da destinação sustentável dos resíduos sólidos urbanos e da importância dos catadores de lixo para a limpeza urbana. Disponível em: https://www.gov.br/mma/pt-br/noticias/lula-e-marina-silva-abrem-encontro-sobre-lixo-e-cidadania Acesso em 15 mar 2022.

Costa, militante do Movimento Pop-rua:

> [...] Guardas Civis Militares, PMs e funcionários da zeladoria urbana reprimem, diária e brutalmente, a poprua com a desculpa de combater o tráfico de drogas, expulsando-os das áreas onde costumam viver. Quem é traficant não está nas ruas. Também vemos que até a própria população, sentindo-se referendada pela violência do governo, tem agredido a pop-rua (RODRIGUES, 2019, *on-line*).

A luta do MNPR tem reverberado em mudanças: são passos lentos, sobretudo em tempos sombrios de aprofundamento da política neoliberal deflagrada na década de 1990, responsável pelo processo de desmonte das políticas sociais. E o Estado brasileiro vem respondendo às expressões da questão social com ações paliativas, pontuais e seletivas, não avançando na perspectiva da concretização dos direitos conforme inscritos na Constituição, resultado das lutas históricas empreendidas pela classe trabalhadora.

Na esteira desse processo de lutas**,** a Política Nacional voltada para as Pessoas em Situação de Rua se configura como uma das principais conquistas do MNPR. Criada pelo Decreto nº 7.053, dispôs em seu Art. 1º: "Fica instituída a Política Nacional para a População em Situação de Rua, a ser implementada de acordo com os princípios, diretrizes e objetivos previstos neste Decreto", o que assegurou uma definição para essa população: nem vadios nem mendigos ou sofredores de rua, maloqueiros, loucos de rua ou indigentes.

> [...] considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (BRASIL, 2009).

A definição evidencia que não há moradores na rua; o que há é uma situação transitória para uma parcela da população e outros tantos, embora, diante da lógica excludente do capital, signifique uma situação permanente, ou seja, até o final da vida. Nessa linha de raciocínio, para Guedes e Machado (2009, apud SILVA; 2021, p. 134), essa população convive com a indiferença:

> [...] na sociedade acabam por serem excluídas, discriminadas, por não se encaixarem ao padrão social imposto, como não ter moradia regular, emprego, uma vida seguida de regras no dia a dia. Algumas de suas características dizem respeito ao rompimento com o vínculo familiar, a extrema pobreza, ausência de trabalho assalariado, resultando em indivíduos sem moradia regular, usando da rua como casa.

Tal política, que não consta formalmente na Constituição Federal de 1988, reafirma a importância da efetivação de direitos constitucionais no sentido de assegurar a convivência familiar e comunitária, a autonomia e a acolhida, a segurança de renda, ou seja, está presente no fundamento da responsabilidade do Estado em prover saúde (art.

196), educação (art. 205), habitação (art. 182), proteção à família (art. 206) e assistência social (art. 194 e 203), possuindo, então, uma amplitude maior para colocar em prática uma política que atenda demandas especificas para as pessoas em situação de rua.

Na esteira desse processo, é importante destacar que, a existência de políticas especifica voltada para a população em situação de rua, ainda são poucas e insuficientes, porém, tem possibilitado a essa população aproximar dos direitos sociais, materializados pelos serviços da rede de proteção do Sistema Único de Assistência Social (Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua, Centro Pop) e do Sistema Único de Saúde (consultório na rua). Com isso, tem-se a possibilidade de superar práticas hegemônicas arraigadas na "[...] caridade, na maioria das vezes vinculadas a instituições religiosas, para ações do Estado, legitimando a existência e as necessidades das pessoas em situação de rua" (SICARI e ZANELLA, 2020, p. 1060), cuja respostas são, em sua maioria, paliativas.

Nesse chão de incertezas, de banalização da vida e agudizamento da *questão social,* transita o Serviço Social e seu posicionamento ancorado nos princípios do Código de Ética (1993), na defesa intransigente dos direitos humanos e na superação de todas as formas de discriminação e preconceito, distanciando, assim, do assistencialismo na direção da consolidação da Política Nacional voltada para as Pessoas em Situação de Rua. Nessa assertiva, Iamamoto (2008) reconhece que, o assistente social é desafiado a responder e construir propostas de trabalho criativa, ética e propositiva às expressões da questão social, contribuindo para o acesso dessa população aos bens e serviços das políticas sociais, e na efetivação direitos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cotidianamente, a população em situação de rua enfrenta a violação dos seus direitos. Acompanhada do preconceito e da discriminação, vem a violência, resultado de uma sociedade profundamente dividida e desigual. Lembramos que a desigualdade é condição para a reprodução do capital e o aumento dos lucros. Diante do processo de exclusão e do preconceito, resta para essa população o sentimento de fracasso, de impotência frente à realidade e a desesperança de sair das ruas. Contrariamente a essa lógica, destaca-se o trabalho do MNPR na organização dessa população e de simpatizantes da causa. A luta do MNPR, juntamente com os Direitos Humanos, a Pastoral Povo da Rua e outros movimentos sociais, bem como do Serviço Social, é constante e permanente: mantém-se vigilante e pressionando em defesa dos direitos das pessoas em situação de rua. Por causa disso, gradativamente tal população tem pautado as discussões das diferentes políticas públicas, pela necessidade de atenção e proteção social nos campos da saúde, assistência social, trabalho, habitação, entre outros. Assim sendo, nesse tempo histórico de avanço do conservadorismo, de violação dos direitos humanos, de aprofundamento da política

neoliberal e exponenciação das expressões da questão social, com rebeldia e resistência, essa ação política do MNPR, ainda que em passos lentos, tem sido fundamental para alterar a relação do Estado com essa população na perspectiva de assegurar direitos sociais, políticas públicas e contrapor a lógica excludente do capital.

## REFERÊNCIAS


BRITO, Cláudia; SILVA, Lenir Nascimento da. População em situação de rua: estigmas, preconceitos e estratégias de cuidado em saúde. **Ciência & saúde coletiva**, 27 (01), Jan 2022. Disponível em https://www.scielo.br/j/csc/a/7LPJ5Lk7TZkZSG9fnprTPyg/ Acesso em 3 mar 2022.

BUENO, L. F. B. **As políticas públicas e direitos sociais destinadas às pessoas em situação de rua na cidade de Goiás, 2019-2021. [**Projeto de Pesquisa TCC]. Universidade Federal de Goiás, 2022.

BRASIL. Decreto-Lei n° 7.053/2009, de 23 de dezembro de 2009. **Política Nacional para a População em Situação de Rua.** Brasília, 2009.

IAMAMOTO, Marilda. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2008.

__________. **O Serviço Social na contemporaneidade**. São Paulo: Cortez, 1998.

GUEDES, Juliete Victor Pereira; MACHADO. Ricardo William Guimarães. Capitalismo, questão social e população em situação de rua. **Moitará -** Revista de Serviço Social da Universidade Unigranrio, Rio de Janeiro, n. 6, 133-150, 2021.

MACHADO, Ricardo William Guimarães**.** A construção da política nacional para população em situação de rua**. Revista Temporalis**, Brasília (DF), ano 20, n. 39, p. 102-118, jan./jun. 2020.

MARX. K. **O Capital**. v. I, Tomo 2. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MOVIMENTO NACIONAL DA POPULAÇÃO DE RUA. **Conhecer para lutar**. Cartilha de formação do Movimento Nacional da População de Rua. Outubro de 2010.

NATALINO, M. A. C. Estimativa da População em Situação de Rua no Brasil. 2016. **IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.** Disponível em:https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/200612_nt_disoc_n_73.pdf. Acesso em 31 out. 2021.

SICARI, Aline Amaral: ZANELLA, Andrea Vieira. Movimento Nacional de População de Rua: a complexa luta por direitos. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v.26, n.3, p.1058-1079, dezembro 2020.

SILVA, Edmilson Gomes. O conceito de trabalho alienado em Karl Marx na sociedade capitalista: discussões filosóficas na modernidade nos manuscritos econômicos. **Cadernos Cajuína**, v. 3, n. 1, , p. 35 – 44, 2018.

SILVA, M. L. L. **Trabalho e população em situação de rua no Brasi**l. São Paulo: Cortez, 2009.

SILVA, M. L. L. **Mudanças Recentes no Mundo do Trabalho e o Fenômeno População em Situação de Rua no Brasil 1995 – 2005.** Brasília: UnB, 2006.

TIENGO. Verônica Martins, O fenômeno população em situação de rua enquanto fruto do capitalismo. **Revista Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 138 - 150, jan./jul. 2018.

RODRIGUES, Rôney. Eles querem organizar a população de rua. Movimentos e Rebeldias. **Outras Palavras.** 19/08/2019. Disponível em https://outraspalavras.net/movimentoserebeldias/eles-querem-organizar-a-populacao-de-rua/ Acesso em 01 jun 2022.

**SORAYA ARAUJO UCHOA CAVALCANTI -** Doutorado (2015) e Mestrado (2001) em Serviço Social pela UFPE, Especialista em Serviço Social, Direitos Sociais e Competências Profissionais pela UNB. Atua na Saúde Pública há duas décadas no Sistema Único de Saúde – SUS, acompanhando Discentes e Residentes em Saúde. Coordena a Residência Multiprofissional na Rede de Atenção Psicossocial da Secretaria de Saúde da Cidade do Recife, exercendo a docência em nível de Pós Graduação na modalidade de Residência nas disciplinas de Bioética, Promoção da Saúde, Segurança do Paciente no contexto da Rede de Atenção Psicossocial – RAPS, Política de Saúde e Saúde Mental, Álcool e outras Drogas, dentre outras. Coordena o *Programa de Extensão Saberes e Práticas no SUS: Discutindo Promoção da Saúde*, na Universidade de Pernambuco, com atividades iniciadas em 2016, ainda no formato de projeto de extensão, enquanto devolutiva do processo de doutorado, orientando discentes e Residentes na área de saúde em atividades de extensão universitária incluindo orientação de monitoria voluntária em cursos e eventos de extensão; desenvolvendo atividades formativas – cursos, grupos de estudos, encontros, oficinas e outros – voltadas para a qualificação de recursos humanos e melhoria da qualidade dos serviços prestados à população usuária do SUS. Coordena o Ciclo de Estudos e Debates em Saúde Pública, atividade de extensão, que tem dentre os seus objetivos incentivar a produção acadêmica através de estudos, pesquisas e produção de textos com vistas à popularização da ciência e tecnologia. O *Programa de Extensão Saberes e Práticas no SUS: Discutindo Promoção da Saúde* atua nas seguintes áreas temáticas: Promoção da Saúde, Prevenção e Enfrentamento das Violências, HIV/AIDS no contexto do enfrentamento da Epidemia, Serviço Social e Políticas Sociais no Brasil; Saberes e Práticas nas Mídias.

ÍNDICE REMISSIVO

## A



## B



## C



## D



## E



## F

# SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL:

## Desafios contemporâneos 2


www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Atena Editora

# SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL:

## Desafios contemporâneos 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Atena Editora
Ano 2023